UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE LETRAS

SEMÂNTICA DISCURSIVA EM TEXTOS NÃO-LITERÁRIOS:

A EXPRESSIVIDADE DA PALAVRA E DA NÃO-PALAVRA

MARCELO GOMES BEAUCLAIR

Rio de Janeiro

2006

MARCELO GOMES BEAUCLAIR

SEMÂNTICA DISCURSIVA EM TEXTOS NÃO-LITERÁRIOS:

A EXPRESSIVIDADE DA PALAVRA E DA NÃO-PALAVRA

Dissertação elaborada sob a orientação do Professor Doutor André Crim Valente, do Departamento de Língua Portuguesa, pelo aluno Marcelo Gomes Beauclair, do curso de Mestrado em Língua Portuguesa, a ser apreciada pela banca examinadora composta pelo já citado orientador, pela Professora Doutora Lygia Maria Gonçalves Trouche e pela Professora Doutora Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu, como titulares, e, como suplentes, a Professora Doutora Rosane Santos Mauro Monnerat e o Professor Doutor Cláudio Cezar Henriques.

Rio de Janeiro

2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/PROTEC

B371 Beauclair, Marcelo Gomes.
Semântica discursiva em textos não-literários: a expressividade da palavra e da não –palavra / por Marcelo Gomes Beauclair. -- 2006.
144 f.

Orientador: André Crim Valente
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras

1. Análise do discurso – Teses. 2. Semântica -- Teses. 3. Semiótica – Teses. I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

SEMÂNTICA DISCURSIVA EM TEXTOS NÃO-LITERÁRIOS:
A EXPRESSIVIDADE DA PALAVRA E DA NÃO-PALAVRA

Marcelo Gomes Beauclair

BANCA EXAMINADORA

_____
Lygia Maria Gonçalves Trouche
(UFF)

_____
Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu
(UERJ)

_____
André Crim Valente
(Orientador)

SUPLENTES

_____
Rosane Santos Mauro Monnerat
(UFF)

_____
Cláudio Cezar Henriques
(UERJ)

Esta dissertação e tudo o que ela pode representar dedico a meus pais, que sempre, muitas vezes passando por cima de seus próprios desejos, me deram a oportunidade de estudar.

E a Adriana e a Daniel, meus amores.

Agradeço
a todos os meus professores e a meus alunos pela força, sempre;
a meus amigos, companheiros dessa luta cotidiana;
e, especialmente, a André Crim Valente, pela extrema generosidade com que conduziu esta orientação.

SINOPSE

Análise e descrição de alguns processos semânticos que interagem na produção de sentido de um texto verbal ou não-verbal, como a polissemia, a sinonímia e a antonímia. Os elementos que integram a construção de sentido no âmbito discursivo, como o contexto, a polifonia e a intertextualidade. Como corpus, a utilização da linguagem não literária de manchetes de jornais ou revistas, charges e anúncios publicitários.

SUMÁRIO

Introdução 9

1. Palavra e Sentido: Processos Semânticos 12

    1.1 Ambigüidade e polissemia 20

    1.2 Polissemia e homonímia: uma visão sincrônica 48

    1.3 Sinonímia 56

    1.4 Antonímia 64

    1.5 Campo semântico 75

2. Sentido e Discurso: O Lingüístico e o Extralingüístico 83

    2.1 Contexto 88

    2.2 Posto, pressuposto, subentendido e inferência 98

    2.3 Dialogismo, intertextualidade e polifonia 117

3. Conclusão 135

4. Referências Bibliográficas 137

5. Resumo 142

6. Abstract 143

INTRODUÇÃO

Analisar o fenômeno semântico da produção de sentido não se apresenta como tarefa simples para os estudiosos da linguagem, uma vez que envolve várias formas de relacionamento entre a linguagem e o mundo representado por ela. Há, de fato, várias formas de se descrever a produção de sentido, por isso diz-se que há várias semânticas. Cada uma elege uma visão particular do fenômeno a ser analisado.

Diante disso, aqui reside a motivação deste trabalho: investigar os processos semânticos que interagem na construção de sentido, apontando para uma análise que possa se fazer coerente na descrição desses processos, além do reconhecimento dos lugares onde os elementos que compõem a produção de sentido se dão, no âmbito lingüístico ou fora dele.

Essa proposta metodológica supõe uma premissa: os fenômenos semânticos estão intimamente ligados ao contexto e aos mecanismos da enunciação; de fato, o sentido está integrado ao processo discursivo. Isso implica dizer que semântica e pragmática não se separam, na medida em que não se pode distinguir o sentido propriamente dito dos contextos nos quais ele se apresenta.

Fica clara, portanto, a intenção de divisão deste estudo em dois grandes eixos, que não se excluem, em absoluto, mas se completam: os processos semânticos que norteiam a produção de sentido e os elementos lingüísticos e extralingüísticos que interagem no âmbito discursivo.

No primeiro eixo, este trabalho pretende descrever alguns processos semânticos que interagem na produção de sentido, analisando-se os fenômenos da polissemia, da sinonímia, da antonímia e, ainda, dos campos semânticos, ancorado nos pressupostos teóricos de, entre outros, Lyons e Ulmmann. No segundo eixo, pretende-se descrever os elementos lingüísticos e extralingüísticos que compõem o discurso e integram a construção do sentido, como o contexto, os implícitos da linguagem, a polifonia e a intertextualidade, com base, sobretudo, nas visões de Ducrot e Bakhtin.

Até por uma propriedade fundamental da língua – a economia lingüística – o processo da polissemia, por exemplo, torna-se um dos principais operadores das

situações comunicativas. O Globo, de 28/12/05, trouxe a seguinte manchete: "Problemas na decolagem". Tratava-se da dificuldade apontada pelo técnico da seleção brasileira de futebol, Carlos Alberto Parreira, em conseguir uma seqüência de treinos para o time até a Copa, em junho de 2006. Sob a manchete, o jornal publicou uma foto do técnico entrando em um helicóptero. A dimensão semântica da análise tem ancoragem exatamente nesse complexo enunciativo: a inferência associativa da ação de Parreira (entrar em helicóptero) possibilita o alargamento de sentido da palavra "decolagem". Através de um processo metafórico, esse termo ganha um valor polissêmico, como o início de uma viagem, aqui a viagem rumo à Copa do Mundo, com a prévia preparação para disputar o título de campeão.

Entretanto, tal associação, fundamental para a apreensão do sentido, só se concretiza na medida em que se entrelaçam alguns elementos envolvidos no contexto da enunciação, como por exemplo, a natureza do personagem em questão – o técnico da seleção brasileira – e o fato de ele estar subindo em um helicóptero, o que autoriza a metáfora da "decolagem" e seu conseqüente valor polissêmico.

Recentes correntes lingüísticas apresentam pelo menos três formas de se pensar a semântica: a Semântica Formal, a Semântica da Enunciação (também chamada de Argumentativa ou Discursiva) e a Semântica Cognitiva. Segundo Koch (2003), quando há a interação através da linguagem, dá-se, por conseqüência, uma atuação sobre o outro, em outras palavras, existe sempre a adoção de uma carga argumentativa. Por entender que a língua é intrinsecamente argumentativa, como afirma O. Ducrot através de sua proposta de uma lingüística enunciativa, este trabalho focalizará, principalmente, a semântica sob a ótica da argumentação, avaliando alguns mecanismos enunciativos e percebendo a íntima ligação existente entre a língua e o discurso.

Dessa maneira, esta dissertação pretende analisar a Semântica da Enunciação sob um viés discursivo, que não pode isentar a participação de fatores que interagem na compreensão do fenômeno semântico, num movimento constante, interpretando e, ao mesmo tempo, depositando novos elementos de sentido no discurso.

Citando um exemplo de Maingueneau, em "Os termos-chave da análise do discurso", quando se produz a frase "O Paulo não está lá", podemos, além do sentido óbvio da ausência de Paulo, explícita na superfície da frase, interpretá-la como uma chamada de atenção, como a conclusão de uma argumentação, ou até mesmo com um valor irônico. É aí que a produção de sentido encontra o seu lugar: não na frase em si, mas no enunciado, que abarca o contexto em que tal frase está inserida. Assim, o

material lingüístico – representado pela escolha dos itens lexicais – e os elementos do contexto em que se realiza a enunciação trazem o instrumental necessário para a apreensão plena do sentido da cena discursiva.

Em absoluto, não é objetivo deste trabalho propor uma teoria semântica, mas uma descrição de alguns fenômenos que atuam na construção de sentido do texto, sempre baseado numa interface das áreas da semântica e da pragmática, em situações comunicativas, premissa fundamental do processo de linguagem. Para tanto, é importante reconhecer a constituição do *corpus* utilizado neste trabalho: pelo tipo de expressividade, ganha ênfase a análise de textos não-literários, sobretudo, manchetes de jornais e revistas, anúncios e charges, que envolvem, certamente, a linguagem verbal e não-verbal.

A preferência por tais gêneros textuais se dá por conta de uma função comunicativa altamente expressiva que esses textos abarcam. É exatamente essa expressividade da palavra e da não-palavra em situações de comunicação que se busca aqui evidenciar através da investigação de sua construção de sentido.

Essa escolha se dá, também, porque tem sido cada vez mais freqüente, nos veículos atuais da mídia, a exploração dos recursos expressivos da língua como um instrumento de comunicação. Seja nas manchetes de jornais, seja nas chamadas dos anúncios em cartazes, ou ainda em charges e cartuns, a propaganda e os textos referenciais vêm utilizando as possibilidades semânticas que a língua apresenta para a construção de sentido de seus textos. São polissemias, ambigüidades, ironias, conotações, implícitos – para citar apenas alguns aspectos – que, empregados de maneira expressiva, chamam a atenção do leitor e, de certa forma, criam uma expectativa para o objeto de interesse, seja ele um produto ou o conteúdo de uma matéria jornalística, ou, ainda, o humor de uma charge.

Dessa forma, investigando os aspectos semântico-pragmáticos da linguagem, considerando suas origens e suas propriedades, bem como sua aplicabilidade no processo de comunicação, penso estar contribuindo, com um pequeno recorte, para um aprofundamento no estudo desta área da linguagem que andou esquecida na origem da Lingüística, mas que ganha força em seu estágio mais recente: a Semântica, especificamente, aqui, a semântica sob a ótica discursiva.

1. PALAVRA E SENTIDO: PROCESSOS SEMÂNTICOS

Comumente, a Semântica é definida como o estudo do significado. No entanto, como se sabe, esse vocábulo abarca várias acepções. O clássico "O significado de significado" discute essa questão estabelecendo parâmetros para a definição do conceito de *significado*. Ogden e Richards (1972: 200) apontam para a idéia de que "*o significado de qualquer frase é aquilo que o elocutor pretende que seja entendido, através dela, pelo ouvinte*". Tal definição deixa implícito um conceito acerca do processo lingüístico: o sentido[1] do texto está intrinsecamente ligado ao uso da língua em uma situação de comunicação.

De fato, se a língua é um sistema que está em constante processo de construção, sendo constituída por diversas vozes, nas variadas práticas discursivas, é legítimo pensar que o mundo e o homem, que compõem esse processo de referências da língua, também se constroem, também se mantêm em processo a cada enunciação. Sendo assim, analisar a língua sob o viés do discurso é trazer para a discussão lingüística a interação do homem e seu mundo, atores que são, afinal, do processo lingüístico.

Assim, aspectos semânticos envolvidos na construção do sentido como a *polissemia*, a *homonímia*, a *sinonímia*, a *antonímia*, a *paronímia*, e ainda os *campos semânticos* devem ser analisados sob o olhar discursivo, não podendo ser analisados sem se levar em conta, entre outros fatores, as condições de produção do texto que abarca tais aspectos. Com efeito, Borba (2003: 234) afirma que é na verificação da fala como manipuladora dos diferentes sentidos disponíveis que se pode perceber a variedade de processos que enriquecem semanticamente os sistemas lingüísticos e salienta, sobretudo, "*a possibilidade de pluralidade significativa (polissemia), de equivalência significativa (sinonímia) ou de oposição significativa (antonímia)*".

---

[1] É relevante uma distinção entre o conceito dos itens lexicais *significado, sentido* e *significação*, para que fiquem delimitados os vários campos de estudo que se destacarão neste trabalho. Toma-se, aqui, *significado* como um estado descontextualizado da palavra, o vocábulo em "situação dicionária"; *sentido* estabelece uma relação com que é depreendido da palavra dentro de um contexto lingüístico. Já *significação* seria o ato de significar, o processo através do qual se dá a produção de sentido. Dessa forma, por acreditar que o processo de significação se dá, sobretudo, no uso da língua em uma situação de comunicação, usarei unicamente, para tais casos, a terminologia *sentido*, deixando *significado* para os itens sem uma contextualização lingüística.

Furlanetto (2000a: 4) acrescenta: "*Sentidos só aparecem por confronto de significantes, e não há sentidos próprios, literais. Pêcheux dirá que o sentido surge porque uma palavra, uma expressão, uma proposição aparece por outra palavra, outra expressão, outra proposição*".

Percebe-se, pois, a relação intrínseca da construção de sentido à própria definição de *signo lingüístico*: segundo Humberto Eco (1976:11), define-se como *signo* aquilo que "*à base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como algo que está no lugar de outra coisa*". Entre muitas definições para o conceito de *signo*, da teoria de Hjelmslev à teoria behaviorista de Watson, os estudos acadêmicos – acredito – caminham entre a dicotomia saussuriana de significado e significante e a visão triádica proposta por Peirce.

Vale, aqui, então, estabelecer as duas visões sobre *signo* que têm norteado os princípios da Semiologia e da Semiótica. Para Saussure, sob a visão da semiologia, o *signo* pode ser definido por suas partes constituintes – significante / significado – através de uma relação arbitrária. Os signos apresentariam duas faces: a primeira, a do *significante*, ou seja, a base para a expressão de uma idéia. Por exemplo, a seqüência de sons da palavra e a forma como ela se apresenta compõem o seu significante. A face do *significado* é a própria idéia ou o conteúdo intelectual apresentado, ao qual se refere o *significante*.

Diferente da dicotomia saussuriana de *significado* e *significante*, há a visão triádica proposta por Peirce. Na linha semiótica do cientista americano, o processo de *semiose* se estrutura numa tríade, envolvendo Signo / Objeto / Interpretante, cuja relação é analisada por Darcilia Simões (1999: 91):

> Nessa tríade, o filósofo retoma um esquema aristotélico e nos mostra um processo de inter-relações por meio das quais a consciência humana dialoga com o exterior. Em outras palavras: o que Peirce designa como signo é aqui tomado como um fato ou fenômeno (aquilo que sensibiliza a consciência ─ a que ele designou **phaneron**) que estimula a ação da consciência. Esta, por sua vez, reage ao lampejo da idéia-mensagem e a associa a um objeto imediato de natureza sígnica (**representamen**) que processa os dados em forma de pensamento com base no interpretante ─ "tradução" do **phaneron** em juízo verbal.

Para exemplificar tais conceitos, tome-se como exemplo a charge abaixo, ironizando o exército brasileiro em sua tentativa de "apagar" os registros históricos dos tempos de tortura. No texto da charge, a palavra "fogo" apresenta um caráter polissêmico:

MARIANO. *Charge on line*, 14/12/04.

A palavra "fogo" não representa somente o sentido de "atirar", como se poderia prever pela seqüência discursiva "Preparar, apontar...". É um signo que representa a palavra "queime", e é um signo porque está em lugar de outra coisa, representando essa coisa, o que na visão semiótica seria o *objeto*. Tal noção para a palavra "fogo" está previamente legitimada pelo grupo social que interage com o signo, validando seu sentido. Assim, "fogo", seguindo a cadeia discursiva, pronunciada por um militar, traz como significado a idéia cristalizada de "atirar" – é o *objeto imediato*, o *referente imediato*. Contudo, no contexto da charge, e ainda analisando o contexto social em que ela se insere, esse vocábulo ganha novo sentido. Na ótica do semioticista americano, corresponde ao *objeto dinâmico*. A legitimação da conotação de tal vocábulo é representada pelo *interpretante*. Na visão de Peirce, o interpretante não designa unicamente o intérprete ou ainda o usuário do signo, mas uma espécie de *Supersigno* ou *Supercódigo*, seja ele individual ou coletivo, que se reestrutura constantemente, renovando seu conjunto de signos diante da experiência, dando-lhes o seu significado real. Segundo Pignatari (2002: 33), o *"interpretante, assim, não é uma 'coisa', mas antes um processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados*". À concepção de signo, traz um comentário interessante o estudioso Isaac Epstein (2002: 21):

> A transmissão de significados constitui o fluxo intersubjetivo pelo qual circula a cultura. A experiência vivida, o real sentido, percebido ou compreendido, o mundo do real ou do imaginário, das teorias científicas ou dos mitos, enfim, da vigília ou do sonho, é mediado de homem a homem por entes concretos capazes de impressionar nossos sentidos: os signos.
> Estes, porém, apontam para fora de si, são presenças que marcam ausências, e são precisamente estas ausências, ou seja os "significados" destes signos, aquilo que constitui a seiva da cultura humana. [...]

Esse processo interpretativo é denominado "semiose". Quando se comparam as duas visões sobre o conceito de signo, chama a atenção o fato de que a concepção peirceana se permite à interpretação individual. Na medida em que o interpretante apresenta um traço subjetivo, atualizado pelo senso comum, a arbitrariedade da significação saussuriana ganha em Peirce uma dimensão subjetiva que não é arbitrária, em absoluto.

Dessa forma, o conceito de *interpretante* na concepção triádica de Peirce está – acredito – intimamente ligado à idéia da experiência vivida que é mediada de homem a homem, como afirma Epstein. É o que Furlanetto (2000a:1) chama de memória discursiva: "*um saber discursivo que possibilita que nossas palavras façam sentido*". A construção do sentido do signo, dessa forma, concretiza-se a partir da participação presumida de uma memória discursiva e de um contexto sócio-histórico em que estão inseridos os usuários de tal linguagem.

Ainda que este trabalho não se prenda a uma investigação semiótica do signo, uma vez que pretende abordar os processos semânticos-discursivos que atuam no sistema lingüístico, a visão adotada para a investigação desses processos semânticos, por sua natureza conceitual, aproxima-se da de Peirce.

Um traço dessa aproximação se verifica na concepção de signo não-verbal proposta por Peirce (1999: 74):

> Um signo é um ícone, um índice ou um símbolo. Um **ícone** é um signo que possuiria o caráter que o torna significante, mesmo que seu objeto não existisse, tal como um risco feito a lápis representando uma linha geométrica. Um **índice** é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante. Tal é, por exemplo, o caso de um molde com buraco de bala como signo de um tiro, pois sem o tiro não teria havido buraco;

> porém, nele existe um buraco, quer tenha alguém ou não a capacidade de atribuí-lo a um tiro. Um **símbolo** é um signo que perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante. Tal é o caso de qualquer elocução de discurso que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação.

Assim, o *ícone* apresenta uma relação entre o objeto e o seu sentido, conferindo-lhe um traço de similaridade. São signos icônicos fotografias, caricaturas, bem como charges e cartuns que se referem a pessoas. O ícone, portanto, traz na sua própria estrutura a idéia que se quer passar do objeto.

A charge a seguir se sobrepõe a uma foto publicada na primeira página do Jornal do Brasil no dia 06/01/05, em que o indonésio Rizal Shahputra acena para o navio cargueiro, após oito dias à deriva, num tronco de uma árvore, após a tragédia causada por um maremoto naquele país. Na charge, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva aparece em um tronco de árvore representando o mapa do Brasil.

IQUE. *JB*, 07/01/05.

A figura de Lula e o Brasil representado pelo tronco são ícones da charge, pois possuem uma relação de semelhança com o objeto – no caso, o presidente e o país. A base sígnica da charge encerra uma metáfora na medida em que o gesto pensativo de Lula e a própria relação com a foto indicam o que está subentendido: o Brasil também está à deriva.

A iconicidade do signo pode ser representada nesta outra charge, de Rios, para o site Charge on line:

RIOS. *A charge on line*, 02/04/05.

A charge trata da chacina ocorrida em Nova Iguaçu, município do Rio de Janeiro, em abril de 2005, que vitimou pelo menos trinta pessoas. Os suspeitos da barbárie são policiais envolvidos em grupos de extermínio. A denúncia da charge está representada pelo mapa do Estado do Rio de Janeiro como um dos mortos da chacina, como se o próprio Rio fosse vítima dessa violência a que está submetido nas últimas décadas. O mapa do Rio torna-se, então, um signo icônico que serve como instrumento de crítica para esse processo de violência.

O *índice*, por sua vez, apresenta uma relação direta com o objeto, conferindo-lhe um traço de proximidade. São signos indiciais a fumaça (para a idéia de fogo), nuvens pretas (indício de chuva). Esse tipo de signo não-verbal funciona como um sinal da ocorrência de algo. Entre outros aspectos, elementos sonoros podem representar índices. Em filmes de suspense, por exemplo, a tensão da música indicia que algo está para acontecer.

Valente (1994) estabelece uma relação entre o signo indicial e a metonímia, por sua relação de contigüidade. Segundo Valente, pelo mesmo raciocínio, o ícone, por sua relação de semelhança, poderia ser relacionado à metáfora.

Dessa maneira, a cor vermelha, utilizada na charge anterior, de Rios, pode representar um índice da violência, por associação à cor do sangue. Na charge, o filete de cor vermelha que sustenta os corpos acaba por formar o mapa do Rio de Janeiro. O vermelho do sangue seria, portanto, uma metonímia da violência a que o estado está submetido; o signo icônico – mapa do Rio que representa o próprio estado – desempenharia um papel metafórico.

A charge a seguir é ilustrativa do valor indicial do signo:

LAÍLSON. *A charge on line*, 05/06/05.

As árvores cortadas são índices do desmatamento que atingiu número recorde no governo Lula. A denúncia, num humor sarcástico, apresenta como autor do quadro o Ibama, órgão responsável pela preservação da natureza, que, em trocadilho com o tipo de pintura apresentada, é denominada "Natureza morta". Há ironia e crítica através da expressividade do jogo lingüístico empregado, tendo como instrumento um signo indicial.

A linguagem da propaganda utiliza intensamente esse recurso. Anúncios de cigarro que têm como seu público-alvo classes mais abastadas trazem normalmente em seus anúncios uma taça de vinho, óculos de leitura – índices de uma sofisticação, de uma intelectualidade, indicando uma aproximação com pessoas de gosto refinado. Já anúncios de cigarro que pretendem atingir um público de classes menos favorecidas apresentam em seus anúncios outros elementos. São comuns os anúncios ambientados em botequins, onde se bebe cerveja, cachaça, com a porção de queijo como aperitivo. São índices que indicam os gostos deste público.

Da mesma maneira, anúncios que têm como referência o verão, como anúncios de refrigerantes, cervejas ou sorvetes, invariavelmente, traduzem tais idéias através das cores empregadas no anúncio – normalmente, vermelho, laranja e amarelo – signos de calor, elemento fundamental na associação ao produto oferecido.

Considere-se a propaganda a seguir, da cerveja Bohemia, que tem como conceito uma cerveja com receita inspirada na produção artesanal da Idade Média, dos monges das abadias européias do século XI:

Veja, 25/09/05.

Se o conceito do anúncio é o de uma cerveja com receita inspirada na produção artesanal da Idade Média, o vitral representando uma igreja medieval, bem como a tipografia da letra usada no anúncio são índices dessa idéia, auxiliada pelo texto verbal (...porque a fábrica é lá na Idade Média). A mistura dos tons de amarelo e laranja do anúncio também concorre para uma ambiência de calor que um produto como cerveja deve exigir (o anúncio da Kaiser Boch, cerveja mais forte, ao contrário, concebida para ser consumida no inverno, apresenta a garrafa da cerveja envolvida em um cachecol). Os signos não-verbais afluem, portanto, para a representação da ambiência exigida pelo conceito do produto.

O *símbolo* se apresenta, também, com uma relação de contigüidade, porém, uma proximidade convencionada, instituída pelo senso comum. Há símbolos com valor internacional como a cruz, que representa o cristianismo, ou a bandeira branca, um símbolo da paz. Há, entretanto, símbolos com valor nacional como marcas, logotipos, que só têm sentido em âmbito nacional.

Analise-se esta charge, que trata da Guerra do Iraque, em 2004:

BOSCO. *O Liberal* (PA), 25/03/04.

Essa charge de João Bosco, do jornal O Liberal, critica a conduta do exército americano na Guerra do Iraque. A pomba branca, outro símbolo da paz, está vestida com o uniforme do exército, camuflada, pronta para o combate. Ironiza-se a falsa postura americana de levar àquele país a tranqüilidade e a paz perdidas no governo ditatorial iraquiano. Vale notar os ossos jogados pelo chão, índices das mortes ocorridas no campo de batalha, ocasionadas pela ação americana. Dessa forma, pode-se perceber que o símbolo, normalmente, vem acompanhado de outros signos não-verbais, como o índice neste caso.

Tais considerações acerca do conceito de signo lingüístico, com suas caracterizações no aspecto não-verbal, junto às observações quanto ao objeto de estudo da semântica, são ferramentas essenciais para a investigação de alguns aspectos semânticos que norteiam a produção de sentido no espaço do texto, como será visto adiante.

1.1 Ambigüidade e polissemia

As pesquisas sobre linguagem têm considerado a ambigüidade um fenômeno até certo ponto bem delineado: para Charaudeau e Maingueneau (2004), é um fenômeno ligado a traços discursivos do enunciado, ocorrendo sempre que uma mesma frase apresenta vários sentidos, sendo, então, suscetível a diferentes interpretações. As causas da ambigüidade são de origens diversas. Para Ulmmann (1987), podem ser de ordem fonética, gramatical ou lexical.

Segundo o lingüista, a ambigüidade de ordem fonética acontece quando uma unidade sonora é pronunciada sem interrupção, tornando palavras diferentes potencialmente ambíguas. Em português, é o caso de "agosto" – oitavo mês do ano – e "a gosto" – locução adverbial.

Para Ulmmann, a ambigüidade gramatical pode ser originada de forma bipartida: em um primeiro caso, a ambigüidade se dá pelas formas gramaticais, em especial no emprego de prefixos e sufixos que possuem mais de um sentido, como o prefixo *in-*, que assume o sentido de negação em "inapropriado" e "incapaz", por exemplo, e o sentido de introdução, de movimento para dentro, como em "influir", "ingerir". Em outro caso, a ambigüidade se dá pela combinação de palavras numa frase equívoca, que Ulmmann chama de *anfibologia*, possibilitando várias interpretações sintáticas. Servem como exemplo frases como (1) e (2):

(1) O pai trouxe este mapa da França para a filha.
(2) Vi uma foto sua no metrô.

A construção (1) torna-se ambígua na medida em que se podem observar duas leituras da frase: o mapa caracteriza o território francês ou o mapa foi trazido de lá. Sintaticamente, não está clara a relação estabelecida pelo termo "da França", se se liga ao substantivo "mapa" ou à forma verbal "trouxe". Para a construção (2), poderia haver até mais de duas leituras:

2.1 Eu estava no metrô quando vi uma foto em que você estava.
2.2 Eu estava no metrô quando vi a foto que você tirou.
2.3 Eu vi uma foto em que você estava no metrô.

Este caso, gerado pela combinação equivocada das palavras na estrutura frasal, recebe o nome de ambigüidade sintática por Charaudeau e Maingueneau.

A ambigüidade de ordem lexical, considerada a mais importante dentre os fatores de ambigüidade presentes na língua, assume, segundo Ulmmann, duas formas diferentes: a polissemia e a homonímia, que merecerão um olhar mais aprofundado adiante. Por hora, cabe um exemplo:

(3) Aquela carteira estava velha.

A palavra “carteira” pode assumir duas leituras: a de um objeto utilizado para guardar documentos e um objeto utilizado para sentar-se, como uma carteira escolar. Rehfeldt (1980) corrobora tal visão e acrescenta a possibilidade de uma construção híbrida, em que há uma estrutura com relações sintáticas ambíguas, com a presença de palavras polissêmicas ou homonímicas na frase, como no seu exemplo:

(4) Canto na Sala Cecília Meireles.

Nessa frase, a estrutura polissêmica da palavra “canto” gera duas interpretações sintáticas diferentes:

4.1 Eu costumo fazer apresentações de canto na Sala Cecília Meireles.
4.2 Haverá uma apresentação de canto na Sala Cecília Meireles.

O conceito de ambigüidade, contudo, não abarca uma unanimidade. Kempson (1980), em sua “Teoria Semântica”, questiona a tênue fronteira entre a ambigüidade e o conceito de *vagueza*. Para a autora, é difícil determinar o que, de fato, é ambigüidade e o que é vagueza e estabelece uma série de testes que possam confirmar a ocorrência de um ou outro fenômeno. Considerando o conceito de vagueza como um dos tipos de indeterminação semântica, que ocorre quando não se consegue estabelecer a relação entre uma palavra e seu referente de maneira clara, não acredito que este conceito se encontre no mesmo nível da ambigüidade. Concordando com Charaudeau e Maingueneau, entendo ser a vagueza uma fonte geradora da ambigüidade, o que estes autores denominam de *ambigüidade discursiva*. O duplo sentido, aqui, não reside na estrutura léxica, nem na construção frasal, mas no sentido implícito do enunciado:

(5) Tenho 30 anos.

Tal enunciado, solto, não permite saber se o sujeito falante se considera velho ou jovem. Fosse o sujeito um esportista, por exemplo, poder-se-ia considerá-lo velho, pelas exigências da prática de determinado esporte; fosse um professor, entender-se-ia como a voz de um jovem com um futuro profissional pela frente. Para Kempson, tal estrutura seria um caso de vagueza, não uma ambigüidade. Reitero, contudo, que a vagueza da estrutura frasal determina, de fato, uma ambigüidade discursiva, que, através do

contexto e de inferências do ouvinte da frase, terá o seu sentido recuperado. Assim, intervêm Charaudeau e Maingueneau (2004: 35): "*A ambigüidade discursiva é, então, constitutiva de todo fato de comunicação, já que não há ato de discurso que não seja portador de um ou vários implícitos.*"

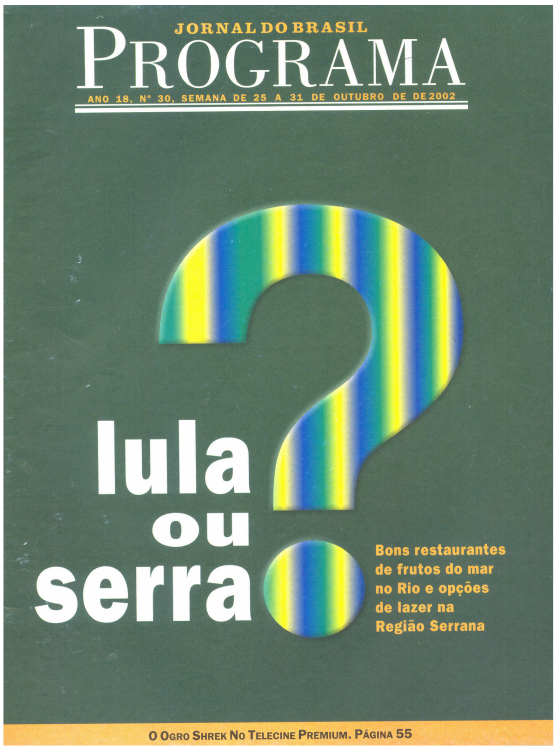
Apesar de, no ideário lingüístico, o discurso ambíguo ser tomado com um fator negativo, a produtividade da ambigüidade, quando intencional, é um importante recurso textual, valendo-se da condição interpretativa do receptor. Um bom exemplo pode ser verificado nesta propaganda eleitoral "disfarçada" do deputado Eduardo Paes, que foi matéria de O Globo, em dezembro de 2001:

Foto tirada de um cartaz na cidade do Rio. *O Globo*, dezembro de 2001.

Verifica-se que a proximidade fônica do nome do deputado e da mensagem gera uma ambigüidade intencional, reiterada, inclusive, pela marca da assinatura, que é a mesma em "Paes" e "paz". Como a propaganda política, fora do período eleitoral, é considerada ilegal, os autores do cartaz souberam explorar as datas festivas do final de ano para mandar o "lembrete" aos eleitores: no discurso subentendido, "nas eleições de 2002, Paes."

Dessa forma, o duplo sentido é visto como fonte importante de expressividade no contexto lingüístico e recurso muito utilizado na linguagem referencial, seja em propagandas, em letras de músicas ou em cartuns e charges. Esse recurso que a língua oferece dá aos autores a possibilidade da exploração semântica de aspectos verbais e não-verbais, atraindo a atenção do leitor / ouvinte.

A revista Programa, do Jornal do Brasil, na época das eleições presidenciais em 2002, publicou esta capa:



Jornal do Brasil. Revista Programa, nº 30, outubro de 2002.

A capa faz menção a opção de restaurantes que oferecem frutos do mar no Rio e a opção de lazer na Região Serrana. Obviamente, o texto se apropria dos nomes dos então candidatos à presidência, em segundo turno, Luís Inácio Lula da Silva e José Serra, criando o jogo lingüístico ambíguo que envolve a polissemia desses nomes.

Consideradas tais observações acerca do processo da ambigüidade, faz-se fundamental o aprofundamento da chamada ambigüidade lexical, que tem como componentes a polissemia e a homonímia.

Polissemia, como mostram os próprios componentes da palavra (poli + sema + ia), é a capacidade que o vocábulo apresenta de comportar várias significações. Concordando com os autores Genouvrier e Peytard (1973: 320),

> poderíamos, com efeito, idealizar uma língua onde todos os termos fossem monossêmicos (um sentido para cada palavra, uma palavra para cada sentido), mas isso incharia infinitamente o léxico, e o locutor não poderia guardar na memória as palavras indispensáveis à construção das mensagens mais variadas. A língua obedece, através da polissemia, à lei da economia: ela sabe reaproveitar várias vezes o mesmo signo fazendo variar o seu significado; explora o mais racionalmente possível os recursos da língua.

Percebemos, aqui, uma das origens da polissemia na construção lingüística: economizar as entradas lexicais numa língua, evitando a exacerbação de termos dentro de um sistema lingüístico e valorizando, de certa forma, a captação de sentido através do contexto em que determinado signo está inserido. Segundo Rehfeldt (1980: 78), "*como nos demais planos lingüísticos, onde fonemas, morfemas e sintagmas são reaproveitados, também os lexemas podem representar mais de um semema*".

Outra origem da polissemia baseia-se na arbitrariedade lingüística. É a convenção social que denomina objetos e seres no processo comunicativo, não implicando relação alguma com a natureza desses elementos. Portanto, é natural que determinada nomenclatura represente mais de um objeto ou evento. Segundo Borba (2003: 234), "*a linguagem humana é naturalmente polissêmica porque o signo, tendo caráter arbitrário, não tem valor fixo, realizando-se na fala por associações*."

Assim, recorrendo, ainda, a exemplos citados por Genouvrier e Peytard (Id. Ib.), temos a *chave* da fechadura / a *chave* de um enigma / uma palavra-*chave*. Uma só palavra (ou sintagma, ou lexia) ganha vários sentidos, dependendo do contexto em que está inserida, dependendo das relações sintagmáticas e semânticas que apresenta no contexto lingüístico.

Por outro lado, ainda que seja clara a necessidade da economia lingüística, há um traço inerente a toda sociedade: a dinamicidade. Esse dinamismo implica transformações, sejam sócio-culturais, sejam científicas, o que afeta, obviamente, o sistema lingüístico. Se por um lado, há a necessidade da economia lingüística, há também a necessidade de renovação do léxico para acompanhar as transformações que a sociedade sofre. Tal renovação acarreta, sem dúvida, uma ampliação do léxico. Criam-se, dessa forma, os neologismos.

Em diferentes áreas, nos mais variados tipos de universo de discurso, observa-se a criação de vocábulos e/ou termos. Esse processo é que se chama de neologia, e a resultante desse processo – os termos inventados –, neologismo. Neologismo é, portanto, a palavra criada, nova, que ainda não foi dicionarizada.

A relação estabelecida, aqui, entre neologia e polissemia parece-me fundamental, na medida em que os novos sentidos de uma palavra, quando perdem seu estatuto de neologismo, acabam por gerar um item lexical polissêmico. Biderman (1991: 283-284) trata a polissemia sendo

> um fenômeno que ocorre no interior das redes de significação do léxico geral da língua comum, em virtude da economia lingüística, com o reaproveitamento freqüente de um certo número de lexemas no processo de comunicação. A ampliação do uso de uma palavra e a metaforização contínua da linguagem acarretam a freqüência de unidades lexicais gerando a polissemia. (*Apud* Zavaglia, 2003).

Assim, a dinâmica da renovação lexical, instaurada a partir da criação dos neologismos, torna-se um ponto relevante de estudo para a Lingüística porque é nessa dinâmica que se mostram, efetivamente, as transformações pelas quais passa a sociedade, seja sob o ponto de vista lingüístico, seja cultural. Maria Aparecida Barbosa (2001: 34) corrobora tal opinião:

> De fato, no universo léxico, subsistema do sistema lingüístico, formalizam-se tais transformações e mudanças, na medida em que o inventário lexical é constituído por grandezas-signos, surgidas da necessidade que tem um grupo de apreender o "real", de analisar, recortar, classificar e organizar o potencial de informações dos dados da experiência – *continua* – com o que se defronta, para elaborar, constantemente reelaborar e sustentar seus sistemas de valores, sua "visão de mundo", um mundo lingüística e semioticamente construído.

Dessa forma, a criação de novas palavras, novas grandezas-signos, como afirma Barbosa, não implica somente a inclusão de um novo item no léxico, mas uma nova concepção de uma época. A origem do neologismo pode conduzir sua análise a um emprego de nova ideologia, de determinada época, do pensamento de um determinado grupo social, de uma comunidade lingüística. O anúncio do banco Itaú, a seguir, retirado de Sandmann (2003: 63), é ilustrativo:

Ela é multidata, multidia, multinoite, multieletrônica. Poupança Multidata Itaú

Folha de São Paulo, 1/05/91.

O prefixo *multi*, além de interagir na criação de neologismos, revela, sem dúvida, uma ideologia presente na sociedade contemporânea: tudo deve ser multifuncional, como uma condição necessária para o ritmo intenso da vida que se leva hoje. A mesma ideologia que requisita lojas de conveniência em postos de gasolina,

farmácias com produtos alimentícios. Como o tempo é precioso, necessita-se dessa "otimização" de funções dos espaços e dos produtos.

A bem da verdade, qualquer usuário da língua pode criar neologismos, ainda que haja maior destaque para os neologismos criados por escritores ou profissionais de comunicação. Faz-se necessário, então, diferenciar tais neologismos. Michael Rifaterre (1989: 53) aponta essa distinção:

> O neologismo literário difere profundamente do neologismo na língua. Este é forjado para exprimir um referente ou um significado novo; seu emprego depende, portanto, de uma relação entre palavras e coisas, em suma, de fatores não lingüísticos; é, antes de mais nada, portador de uma significação, e não é necessariamente captado como forma insólita. O neologismo literário, ao contrário, é sempre captado como uma anomalia e utilizado em virtude dessa anomalia, às vezes até independentemente de seu sentido. Ele não pode deixar de chamar a atenção porque é captado em contraste com seu contexto e porque seu emprego, assim como seu efeito, dependem de relações que se situam inteiramente na linguagem. [...] Devido à sua própria forma singular, o neologismo realiza idealmente uma condição essencial da literariedade.

Cabe ressaltar a produtividade desses dois tipos de neologismo. Valente (2005) aponta a relevância dos neologismos criados a partir de textos midiáticos – denominados por Edith Pimentel em artigo na Revista Confluência nº 4 como *neologismos culturais* – visto o seu alcance, uma vez que atingem, diariamente, milhares, às vezes milhões de pessoas, dependendo do veículo. Os neologismos criados por escritores, os *literários* – denominados também por Pimentel como *estilísticos* – têm um alcance menor, de fato.

Maria Emília B. da Silva (2000: 145) alude à classificação proposta por Guilbert: o neologismo do homem comum como *denominativo* e o do poeta, como *estilístico*. Para ela, o primeiro "*surge da necessidade de nomeação de uma nova experiência, e o estilístico, ainda que fugaz, deriva de imposições comunicativas inusitadas*". Essa imposição comunicativa inusitada, que Rifaterre chama de anomalia, é um dos instrumentos, sem dúvida, do belo estético na literatura, o prazer do texto, o deleite, que autores como Guimarães Rosa, Manuel de Barros, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, empregam na construção de seus textos.

Essencialmente, os neologismos podem ser classificados como *vocabulares* e *semânticos*. Os primeiros apresentam novos significantes; os outros apresentam sentidos

novos para a mesma base sígnica. Segundo Valente (2005: 131), "*os neologismos vocabulares, também denominados formais, são considerados os 'verdadeiros' neologismos*. [...] *Os neologismos semânticos, também chamados conceituais, decorrem da figuração de sentido*". Interessa-me, sobretudo, a neologia semântica, especificamente a que se veicula em textos não literários, como a linguagem da charge, a da propaganda e a de jornais e revistas, através de suas manchetes.

Os neologismos semânticos envolvem um sistema complexo de relações inter-conteúdos, em que interagem a noção de tempo, de lugar, de contexto sócio-cultural, de nível do discurso. Segundo M. Louis Guilbert (*apud* Valente, 2005: 131-132), a neologia semântica é criada, basicamente, por três formas: 1) a conversão, que afeta a categoria gramatical do lexema; 2) a sociológica, que ocorre quando termos técnicos transpassam para o vocabulário do usuário comum da língua, e 3) a linguagem figurada, como a metáfora e a metonímia

Diante disso, parece-me que o processo da polissemia está, de fato, intimamente ligado ao processo de neologismo semântico. A tira a seguir, de Luis Fernando Verissimo, serve de exemplo:

O Estado de São Paulo, 21/11/93.

A tira de Verissimo, belíssima criação de "As Aventuras da Família Brasil", estabelece um jogo lúdico com que se chamaria – a princípio – de neologismo semântico: a palavra "ficar". Quando o pai pergunta o que seria exatamente 'ficar', e o filho responde, tem-se o sentido novo desta palavra – namorar sem compromisso, por um breve espaço de tempo. Na terceira fala, o sentido original de "ser acometido, contrair". A criação desse neologismo se deu, obviamente, num ato de enunciação, seja

ele escrito ou oral. Contudo, hoje, o vocábulo encontra-se dicionarizado (Novo Aurélio, Século XXI, por exemplo) nas duas acepções consideradas na tira. É, portanto, um vocábulo que perdeu seu estatuto de neologismo para ser um lexema já cristalizado na língua, gerando um item polissêmico. Isso se deve à aceitabilidade do falante em usar tal construção. À medida que é aceito pelos interlocutores e reempregado em outros atos de comunicação, o termo vai também perdendo seu estatuto neológico em função de sua cristalização na língua, legitimada pelo registro no dicionário.

Tal multiplicidade de novos sentidos gera, imediatamente, um questionamento acerca de quais são os processos geradores de uma polissemia. Ulmann (1987) propõe, basicamente, quatro procedimentos[2] que geram a polissemia na língua: 1) as mudanças de aplicação; 2) especialização num meio social; 3) a linguagem conotativa, e 4) a influência estrangeira, que serão analisados a partir de agora.

O aspecto cultural é, de fato, decisivo, na constituição lexical, por isso vale observar a forma como elementos extralingüísticos podem alterar ou manter o significado de algumas expressões e palavras no campo lingüístico. É o que Ulmmann (1987) chama de *mudanças de aplicação*, processo nomeado pelo lingüista como uma das fontes da polissemia. Essa pressão cultural faz com que itens lexicais sejam ressignificados dentro da contemporaneidade da língua, até mesmo por desconhecimento do falante sobre o significado original de determinada palavra. É o caso de *formidável*, ou ainda *estupidez*, que originariamente significavam algo trágico, ainda que espetacular, como um incêndio, por exemplo – a primeira –, e ignorância – a outra. Hoje, tais palavras apresentam sentidos diferentes.

Um desdobramento desse procedimento de mudança de aplicação se confunde com o processo formador de novas palavras no português – a conversão –, que Guilbert considera um instrumento de criação neológica, tratada, equivocadamente, em vários compêndios gramaticais como *derivação imprópria*: o adjetivo *grande*, por exemplo, ganha contornos polissêmicos ao se converter a advérbio na construção "pensar grande". O mesmo acontece com o adjetivo *alto* em "falar alto". Outro exemplo está representado na substantivação de verbos e adjetivos: o cantar / o belo.

O folheto da ATL, atual Claro, para o dia dos pais em 2003, baseia-se em um processo de conversão para a expressividade da sua mensagem:

---

[2] Ulmmann (1987) propõe ainda uma outra fonte geradora da polissemia, o que ele chama de "homônimos reinterpretados". Como o próprio lingüista não considera tal fonte produtiva, qualificando-a como rara e com exemplos duvidosos, ela não será considerada neste estudo.

No texto do folheto, a palavra "velho" apresenta um caráter polissêmico a partir da conversão do adjetivo "velho" em substantivo. No jogo lingüístico-semântico, o item lexical "velho" pode tanto representar um adjetivo na subentendida estrutura "celular velho", como um substantivo, sinônimo de "pai".

Temos, ainda, a conversão de um nome próprio, quando marcado por um artigo, em substantivo comum: O nome próprio *João* se transforma em substantivo comum na expressão "um joão ninguém". Conta-se que Garrincha, mítico jogador de futebol nas décadas de 50 e 60, chamava os laterais a quem enfrentava de "joões", por não saber-lhes os nomes. O mesmo procedimento se dá na expressão "madalena arrependida", imagem da mulher arrependida e chorosa. Segundo Pimenta (2004: 146), essa expressão vem de Maria Madalena, a personagem bíblica que, com suas lágrimas, lavou os pés de Jesus. Madalena vivia na riqueza e na luxúria. Seu arrependimento, passaporte para sua posterior canonização, é a origem da expressão "madalena arrependida".

As palavras "João" e "Madalena" alargam o seu campo de sentido na medida em que lhes é conferido um valor polissêmico, são signos que representam não o seu valor em si – o de nomes próprios – mas outros sentidos, conforme a convenção da aceitabilidade social.

Como já estabelecido, adotei, dentre as várias definições de "signo", a que me parece mais simples: segundo Humberto Eco (1976: 11), define-se como "signo" aquilo

que "*à base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como algo que está no lugar de outra* coisa".

Dessa forma, as palavras "João" e "Madalena" não representam seus significados originais, são *signos* de outras conotações. São *signos* porque estão em lugar de outra coisa, representando essa coisa. Tais noções estão previamente validadas pelo grupo social que interage com o *signo*, respaldando seu sentido.

Assim, esses substantivos, descontextualizados, trazem como significado a idéia de nomes próprios. Contudo, nas expressões "um joão ninguém" e "madalena arrependida", esses vocábulos ganham novos sentidos, por individualizados que são, contextualizados que estão. O processo polissêmico se estabelece exatamente a partir desse objeto dinâmico, o alargamento de sentido que o termo ganha dentro de uma visão específica, legitimada pelo grupo social. Desse modo, o homem em sociedade cria e valida a formação de novas relações lingüísticas, revitalizando o léxico, e a linguagem ganha, por conseqüência, riqueza e expressividade.

Maria Aparecida Barbosa (2001) considera o conceito de desfoque semântico, no qual o item lexical tem seu sentido alterado conforme o contexto em que se insere, uma das principais fontes geradoras do neologismo semântico e, por conseqüência, da polissemia. Esta charge de Dálcio serve de exemplo:

DÁLCIO. *Diário de Campinas*, novembro de 2001.

A criação de Dálcio ironiza a política norte-americana após o atentado de 11 de setembro e a reação de grupos terroristas. É interessante notar o jogo lúdico da expressão "ter carta branca": na fala do presidente americano, o sentido metafórico de

“permissão”, “autorização”; na fala do terrorista, a princípio, o sentido literal de “envelope”. No entanto, considerando-se o contexto da época, em que o produto tóxico conhecido como “antrax” era enviado através de cartas a vários lugares do ocidente, ocasionando a morte de várias pessoas, percebe-se um desfoque semântico, ou quem sabe um alargamento do sentido da expressão “ter carta branca”, na voz de um terrorista talibã. Certamente, não terá somente o seu sentido literal.

A charge ilustra o traço situacional do neologismo semântico; passado algum tempo da não ocorrência do envio de *antrax* através de cartas, essa expressão se desneologiza e só poderá ser entendida levando-se em consideração a época em que foi produzida.

A linguagem publicitária emprega com certa regularidade esse desfoque semântico, interagindo com o contexto em que o produto está inserido. Neste anúncio, retirado do site do Clube de Criação de São Paulo, o termo “pulso”, como toda lógica discursiva, aponta para uma seqüência argumentativa que caminha em direção a um enfoque biológico:

In www.ccsp.com.br

Pelo direcionamento argumentativo da frase, tem-se a palavra “pulso” entendida como batimento, freqüência respiratória. No entanto, quando se percebe que o texto é um anúncio do relógio Rolex, há uma ressignificação do termo “pulso”, que é, de fato, o local apropriado para o uso do relógio. O anúncio, de forma criativa, legitima duas

leituras: a biológica e aquela em que o termo "pulso" se desfoca semanticamente, ganhando expressividade dentro da especificidade do anúncio.

Outro exemplo desse desfoque semântico encontra-se nesta outra charge de Dálcio:

DÁLCIO. *Diário do Povo* (Campinas), 9/05/03.

A charge, de maneira ácida, ironiza recentes casos de violência em estabelecimentos de ensino, como no caso da jovem que foi alvejada por uma bala perdida no pátio da Universidade Estácio de Sá. Dálcio joga com a polissemia da palavra "perdida" e humaniza a bala, como se ela estivesse desorientada, sem rumo na vida. Entretanto, como afirma na charge o então secretário de segurança do Rio, Anthony Garotinho, elas (as balas) eram perdidas, agora já ingressaram na universidade. Sarcasmo puro.

O traço cultural pode, ainda, ressignificar palavras produtivas em grupos sociais específicos, como o atual *sinistro*, signo que contém vários semas na sociedade contemporânea, sobretudo em um grupos sociais específicos, como o dos jovens, por exemplo. Ulmmann trata desse processo como uma *especialização num meio social* e dá como exemplo a palavra "ação", que seria vista como uma "ação legal" por um advogado; já por um soldado, a idéia seria a de uma "ação militar". Outro termo citado por Ulmmann é "papel", que segundo suas palavras,

> pode referir-se não só ao material em geral, mas também a uma série de outras coisas: documentos legais ou oficiais; um jornal; uma série de questões a examinar; uma comunicação lida ou enviada a uma sociedade erudita; no plural, pode também designar documentos de identidade; certificados que

> acompanhem a demissão de um funcionário; documentos que acreditem a propriedade, nacionalidade e destino de uma barco, etc. No passado houve também outros usos especializados; a palavra podia significar, por exemplo, um letreiro preso às costas de um criminoso, especificando seu delito.
>
> (Ulmmann, 1987: 335).

Tal processo pode ser analisado em comparação à forma sociológica de neologia semântica, proposta por Guilbert, na medida em que termos técnicos transpassam para o vocabulário do usuário comum da língua. Valente (2005: 132) cita o verbo "deletar", "*termo oriundo da Informática, com matiz semântico diferenciado*", dando como exemplo "Vou deletar aquele cara da minha vida". É o que Maria Aparecida Barbosa (2001) considera como um dos processos que engendram o neologismo semântico: a transposição de um lexema, de um universo de discurso para outro.

É interessante notar que os sentidos novos que um termo adquire não anulam, necessariamente, os sentidos antigos. Vejamos a fala de Bréal (1992: 103):

> O sentido novo, qualquer que seja ele, não acaba com o antigo. Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente no sentido próprio ou no sentido metafórico, no sentido restrito ou sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto...
>
> À medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor.

Outra fonte geradora da polissemia é estabelecida pela linguagem conotativa, sobretudo os procedimentos da metáfora e da metonímia. Talvez, seja o processo conotativo também o principal gerador de neologismos semânticos na língua, daí a sua importância na análise do processo da polissemia. Segundo Valente (1999: 53), "*as duas figuras vêm sendo estudadas com base nos dois eixos: o paradigmático (seleção dos termos) e o sintagmático (combinação dos termos). Pode-se estabelecer, então, a seguinte relação: a metáfora está para o paradigma assim como a metonímia está para o sintagma*". O conceito de metáfora é definido por Dubois:

> A metáfora consiste no emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência de todo elemento que introduz formalmente uma comparação; por extensão, a metáfora é o emprego de um termo substituído

por outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação. (Dubois et al, 1997: 411).

André Valente (1999: 55) resume tal conceito: "*o termo A é comparado ao termo B com base num elemento comum. Apenas surgem variações terminológicas para os dois termos. Ulmann chama-os de teor e veículo. Cressot denomina-os objeto evocado e objeto-referência.*"

Sobre a terminologia adotada por Ulmann (1987), Ricoeur (2000: 129-130) faz interessante consideração*:* "*importa notar justamente que a metáfora não é o 'veículo': ela é o todo constituído pelas duas metades*". Assim, exatamente por a idéia subjacente (o teor) ser apreendida sob o signo de outra (veículo), a metáfora representa uma das causas geradoras da função polissêmica.

Vejamos um exemplo de polissemia gerada pelo procedimento da metáfora:

RUCKE. *Charge on line*, 1/05/03.

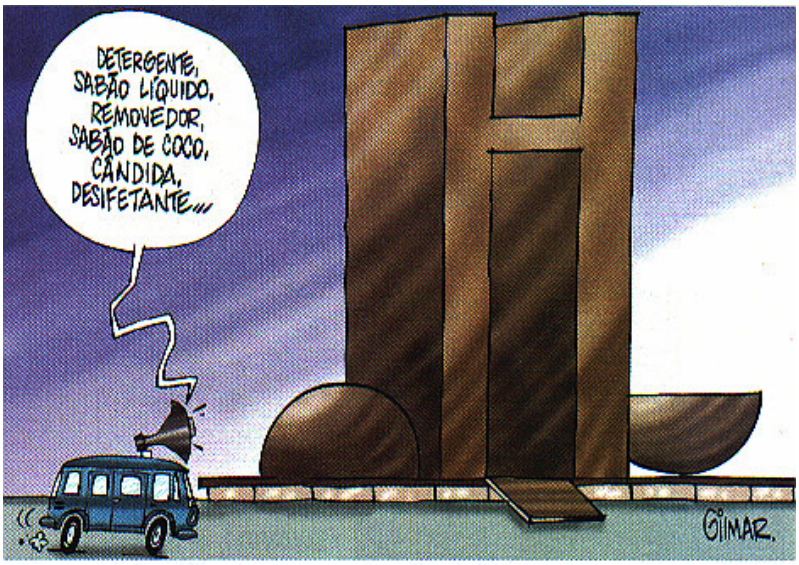
A charge se refere ao aparecimento de tubarões na orla do Rio de Janeiro. A placa com os dizeres *Cuidado! Tubarões!* é denotativa; de fato, recomenda-se cuidado aos banhistas pelo perigo representado pelo animal. No 2º quadro, os mesmos dizeres ganham contornos polissêmicos, os "tubarões" representam um signo de vilania e corrupção. Tal acepção pode ser depreendida em função do local onde a placa está instalada (Brasília). Aqui, a comparação do animal predador, sanguinário, com os políticos (metáfora) determina um novo sentido para a palavra "tubarão". É interessante

perceber que o termo “tubarão”, no 2º quadro, só apresenta tal polissemia pela presença do traço espacial em que a “cena” ocorre.

O filósofo e semioticista americano, Charles Peirce (1999: 74), intervém, esclarecedor, quando analisa algumas propriedades de um índice:

> Um signo ou representação que se refere ao seu Objeto não tanto em virtude de uma similaridade ou analogia qualquer com ele, nem pelo fato de estar associado a caracteres gerais que esse objeto acontece ter, mas sim por estar numa conexão dinâmica (espacial, inclusive) com o Objeto.

Outro bom exemplo pode ser visto nesta charge de Gilmar:



GILMAR. *Revista B...*, maio de 2000.

Em um procedimento metafórico, os termos “detergente”, “sabão líquido”, “removedor”, signos de materiais de limpeza, ampliam seu sentido ao serem produzidos no contexto que traz como ícone a figura do Palácio do Planalto: tem-se a informação implícita de que lá, no Planalto, faz-se necessária uma limpeza. Portanto, assim como na charge anterior, a metáfora da vilania e da corrupção determina uma visão polissêmica dos signos empregados.

Dessa forma, os objetos para fins de limpeza são índices da metáfora empregada pelo chargista, na medida em que apontam para a crítica imposta à conduta política do país, levando o receptor da mensagem à idéia da faxina geral já comentada.

O processo metafórico, típico do universo literário, concretiza-se muitas vezes no discurso cotidiano. São comuns expressões como "a essa altura do campeonato", ou "o mar não está para peixe". Esse processo é a base da transposição de um lexema de um universo para outro, como considera Barbosa (2001), e pode ser verificado nestas manchetes:

Luz amarela no planalto

Com a retomada da economia, capacidade da indústria passa a preocupar o governo

O Globo, 06/07/04.

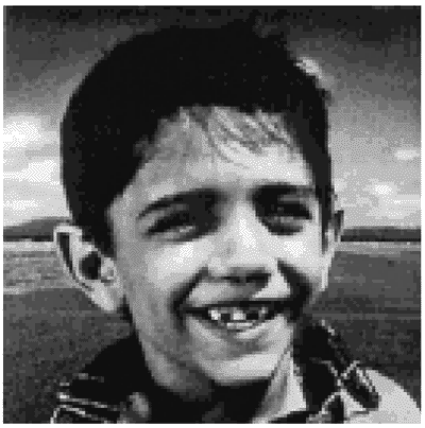
Banco Central joga a toalha

Instituição desiste da meta central de inflação de 4,5% para 2005 e agora busca 5,1%

O Globo, 24/09/04.

Na primeira manchete, o termo "luz amarela" é deslocado de seu universo discursivo – significa atenção, no trânsito – e traduz, nesse universo discursivo político, também uma sinalização de atenção, no caso a preocupação do governo com o crescimento da indústria no país. Na segunda manchete, a expressão "jogar a toalha", deslocada do universo lingüístico do pugilismo para o da economia. Está claro o processo conotativo em que as duas manchetes foram criadas. Vale notar, contudo, que a polissemia se dá especialmente no emprego desses termos em tais discursos, que são completamente divergentes dos originais. Dessa forma, fica evidente que a polissemia com base conotativa traz também um traço pragmático, no qual os contextos intra e extralingüísticos terão uma importância fundamental no surgimento de uma nova unidade lexical. É fundamental, também, a interação dos interlocutores do discurso em que se dá o signo neológico, para sua captação integral.

A metáfora, como geradora da polissemia, é muito produtiva também na linguagem da propaganda. O jogo semântico, seja ele verbal ou não-verbal, tem sido um instrumento recorrente nos textos apelativos da propaganda por atraírem e instigarem o leitor para o produto oferecido. Vejamos esta propaganda da empresa de aviação aérea Iberia:



Business Intercontinental da Iberia.
Mais espaço entre as poltronas.

Viajar virou sinônimo de relaxar. Principalmente quando você tem à sua disposição uma poltrona de design ergonômico com maior capacidade para reclinar e 132 cm de espaço entre a sua poltrona e a da frente. Além disso, você conta com mais de 300 salas VIP em aeroportos no mundo todo e pode acumular e utilizar pontos no seu programa de milhagens voando com qualquer linha aérea da aliança one world. Business Intercontinental da Iberia. Sorria.

O anúncio parte da comparação implícita entre os "espaços" no sorriso do menino e o espaço entre as poltronas nos aviões da Ibéria. Através do humor, a metáfora das "janelas" deixadas pela dentição naturalmente ausente da criança representa o conforto oferecido pela empresa de aviação.

É interessante notar, também, a sutileza com que o texto termina: sorria. A alusão ao sorriso largo, franco da criança é uma mensagem subentendida de que a leveza daquele sorriso infantil é semelhante à sensação de bem estar quando os serviços da empresa são utilizados.

Por fim, um último exemplo da influência da metáfora no caráter polissêmico do signo: em abril de 2004, o Rio de Janeiro viveu uma de suas piores crises ao que diz respeito à segurança. Por conta de uma verdadeira guerrilha entre facções criminosas no complexo da Rocinha, considerada a maior favela da América do Sul, o que deixou ruas fechadas, apavorando o cidadão carioca, o Jornal do Brasil estampou em sua primeira página:

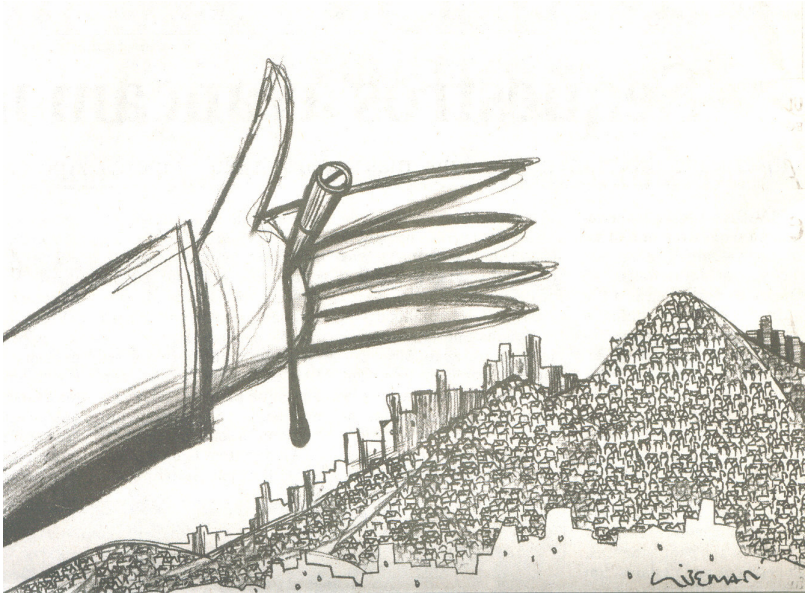
O Iraque é aqui

Pavor comanda rotina do carioca

Jornal do Brasil, 12/04/2004.

Na mesma época, o Iraque estava sob a intervenção dos EUA, na chamada Guerra do Iraque. Todos os dias, os noticiários bombardeavam (a ironia é intencional) os leitores e telespectadores com informações de mortes em escala altíssima, de desmandos dos governos, de descontrole e desespero. Se tais características podiam ser encontradas aqui em terras cariocas, a metáfora foi inevitável: o Iraque é aqui. Podemos perceber que o termo *Iraque* amplia seu sentido e passa a representar não um país, objeto imediato de associação sígnica, mas uma associação a um objeto dinâmico, a idéia de um lugar sem lei, sem ética, movido pela desordem e pelo medo. O item lexical "Iraque" ganha, assim, um valor polissêmico a partir da metáfora estabelecida.

No mesmo dia, o JB publicou a seguinte charge de Liberati, na qual podemos perceber a violência materializada na comparação da imagem do Cristo Redentor à de Jesus Cristo crucificado. Na charge, o prego que segura a mão de Cristo é uma bala:



LIBERATI. *Jornal do Brasil*, 12/04/2004.

A imagem do Cristo Redentor pode ser considerada um ícone que nos remete à cidade do Rio. Essa representação da cidade pela imagem do Cristo se dá a partir de uma relação metonímica. Jean Dubois (1997: 412) define assim o conceito de metonímia:

> A palavra é reservada para designar o fenômeno lingüístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito, por uma relação de

matéria a objeto ou de continente a conteúdo, por uma relação da parte ao todo. (Dubois et al, 1997: 412).

Dessa forma, a imagem do Redentor, parte do cartão-postal do Rio de Janeiro, passa a representar a própria cidade. Em um valor polissêmico, a imagem do Cristo significa o próprio Rio.

Vejamos agora, no plano verbal, a metonímia como geradora de polissemia. A charge de Gilmar é um exemplo:

GILMAR. *Revista B...*, 27/06/00.

A partir da charge, percebe-se que a palavra "pobreza" é um signo que, na verdade, representa os pobres. Por isso, ao ouvirem a fala do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, sobre eliminar-se a pobreza, os mendigos correm. Claro está que os ouvintes não entendem o item lexical "pobreza" como um substantivo abstrato, genérico, mas como os seres que vivem nessa situação, os pobres, em última análise, eles próprios. Portanto, em um processo metonímico, a palavra ganha um novo sentido.

Por conta do aumento da gasolina e o conseqüente aumento da inflação, o jornal O Globo, de 10/07/2004, trouxe em sua manchete do caderno de economia:

Inflação nas bombas e na mesa

O IPCA subiu para 0,71% em junho e acumula alta de 3,48% este ano

O Globo, 10/07/04.

As palavras “bombas” e “mesa”, através de um processo metonímico, alargam os seus sentidos: representam, na verdade, a gasolina e os alimentos, que tiveram seus preços elevados, acarretando, assim, um aumento da inflação.

A bomba de gasolina como uma metonímia do aumento dos preços mereceu em 2004, por parte dos chargistas, atenção especial:

SINOVALDO. *Jornal NH* (RS), 17/06/04.

Nessa charge de Sinovaldo, vê-se a figura do dragão, símbolo da inflação, acordando dentro de uma bomba de gasolina. De modo polissêmico, podemos perceber a bomba como uma metonímia do aumento da gasolina; é nela – na bomba – que se verifica o aumento do preço. Vale ressaltar a figura do dragão ainda bebê acordando de um sono profundo. Em outro plano de leitura, no nível da metáfora, temos a idéia do recomeço do crescimento da inflação, extinto nos últimos anos no país. A esses planos de leitura dá-se o nome de *isotopias*, assim definidas por Dubois:

> O termo isotopia designa, segundo A. J. Greimas, a propriedade característica de uma unidade semântica que permite apreender um discurso como um todo de significação. Podem existir várias isotopias para um mesmo discurso. Por exemplo, os dois sentidos da palavra chute (pontapé vs mentira, balela) permitem interpretar de duas maneiras o discurso Que chute!, conforme o contexto no qual intervém. (Dubois et al, 1997: 355).

O conceito de isotopia ratifica a idéia de que a polissemia da linguagem deve ser analisada em função do contexto em que se insere a mensagem. Tomemos como exemplo a charge de Heringer:

HERINGER. *Charge on line*, 25/04/03.

A charge parte de uma analogia: assim como a fictícia Gottham City lançava seu sinal luminoso ao seu herói, Batman, também a cidade do Rio lança o seu sinal de alerta ao seu "mocinho". A ironia fica por conta do símbolo do tal sinal: uma chupeta. Somente de posse de informações acerca da política do Rio de Janeiro e de seus representantes, pode-se perceber que o objeto (a chupeta), em um processo de metonímia, simboliza o então Secretário de Segurança do Estado, Anthony Garotinho, que tem, numa alusão ao seu nome, associada a sua figura à imagem de uma criança pelos veículos de mídia em geral. Dessa forma, numa linguagem não-verbal, o signo "chupeta" apresenta outra isotopia, ganha uma valor polissêmico, já que representa a figura do ex-governador.

A metonímia não-verbal é geradora de uma função polissêmica e importante instrumento de análise para o entendimento do texto. A partir da depreensão de sentido nas relações semânticas que se estabelecem no contexto lingüístico, percebe-se a intenção da mensagem.

Apresenta-se outro exemplo nesta charge de Fernandes, quando da morte do ex-governador Leonel Brizola:

FERNANDES. *Diário do abc* (SP), 23/06/04.

A charge mostra a bandeira brasileira a meio mastro, num sinal de luto e pesar pela morte do político. A metonímia se estabelece a partir da imagem da cuia de chimarrão, signo da origem gaúcha de Brizola. Dessa forma, a cuia deixa de representar seu objeto imediato, o objeto em si, para representar seu objeto dinâmico, a origem gaúcha. A relação semântica estabelecida, aqui, polissêmica, tem como causa a metonímia.

Como já falado, comum na linguagem da propaganda, a polissemia a partir de um procedimento metonímico pode ser vista neste anúncio:

Veja, 28/11/01.

Esse anúncio da Volkswagen, a partir de um procedimento metonímico, usa a imagem do carro Gol como um signo de economia, por isso se encontra embaixo do colchão, numa comparação com o antigo costume do brasileiro. A linguagem não-verbal, polissêmica, estabelece que o carro é barato, logo as economias do consumidor poderiam comprá-lo com facilidade, bem como estabelece a idéia de que é um carro econômico, o usuário poderá economizar utilizando tal marca.

A capa da Revista Isto É também serve de exemplo:

Isto É, nº 1727, 06/11/02.

A capa da revista Isto É trata da campanha Fome Zero. Na imagem, pode-se visualizar o prato de feijão com arroz, no qual o feijão forma um signo icônico do Brasil. De certo modo, em um procedimento metonímico, o feijão representa o alimento dos brasileiros. E ainda, numa visão polissêmica do signo não-verbal, tem-se a esperança de ver o Brasil sem fome, objeto, afinal, do projeto.

Além das mudanças de aplicação, da especialização num meio social, da linguagem conotativa, envolvendo os processos da metáfora e da metonímia, o desenvolvimento da polissemia se deve, também, à influência de palavras estrangeiras nas palavras vernáculas.

Tome-se como exemplo a fala dos autores Genouvrier e Peytard (1973: 322):

> É o que aconteceu com o substantivo sucesso, cujo sentido normal era acontecimento (ex. um sucesso inesperado e triste); mas em francês, succès tem o sentido de bom sucesso, acontecimento feliz, e, por influência do francês, o substantivo português adquiriu também esse sentido, que é hoje predominante.

Ulmmann (1987) assevera que em muitos casos, como o mencionado por Genouvrier e Peytard, há uma tendência do sentido antigo ainda permanecer, gerando, assim, uma polissemia. Segundo o autor, isso se deve a um contato íntimo entre as duas línguas ativas no processo, como por exemplo na primitiva Igreja Cristã, em que o hebreu exerceu forte influência sobre o grego e este sobre o latim.

Contudo, acredito não ser mais essa a tendência desse processo. Até mesmo pelo fato de que o usuário da língua, em sua maioria, desconhece a formação etimológica da maioria das palavras estrangeiras, que por empréstimo lingüístico são introduzidas no sistema da sua língua nativa.

Encerrando esta parte do trabalho, que aborda as origens e as causas da polissemia do signo lingüístico, vale atentar para o recurso estilístico da *paronomásia*, definida por Dubois (1997: 457) como "*a figura de retórica que consiste em reaproximar palavras que apresentam, seja uma similaridade fônica, seja um parentesco etimológico ou formal*".

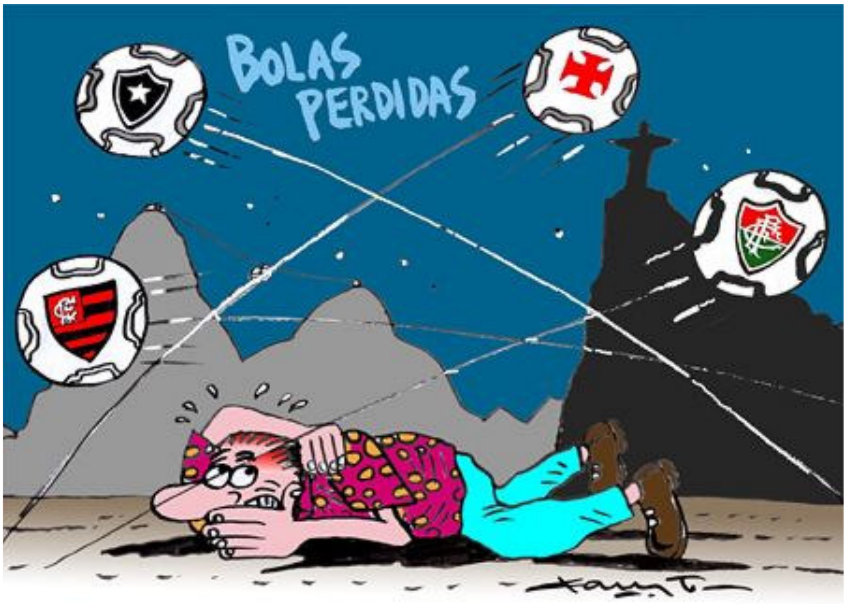
A produção de charges, cartuns e anúncios publicitários tem-se valido dessa figura na construção de seus textos, garantindo a força expressiva da linguagem na medida em que o produtor do texto cria um jogo lingüístico responsável pelo efeito de sentido. Esse jogo lingüístico resulta numa duplicidade tal de sentidos que gera no receptor do texto uma imagem polissêmica. Ainda que os itens envolvidos nessa relação de procedimento da paronomásia não sejam itens lexicais iguais, como a própria definição do procedimento estabelece, acabam por representar, nesse processo, um valor polissêmico.

Apresenta-se um exemplo: o jornal O Pasquim 21, conhecido por sua irreverência, publicou em abril de 2003 – período da invasão do Iraque pelos EUA – esta paródia da propaganda de uma marca de refrigerantes:

Na hipotética propaganda, o produto oferecido (*Kuait*) estabelece uma relação, a partir da similaridade fônica, com o produto original – o guaraná *Kuat*. A aproximação gerada (paronomásia) cria no receptor uma imagem polissêmica da primeira palavra. Dessa forma, o termo "Kuait", como produto imaginário, só assume outra isotopia pelo confronto com o termo original. Cria-se, então, no contexto irônico do "anúncio", um novo signo, o guaraná *Kuait*, além, é claro, do objeto imediato a que se refere: o país do Oriente Médio. Vale ressaltar que concorrem para isso, também, os signos não-verbais explícitos na imagem do produto, como a cor e o *design* da lata de refrigerantes.

A partir daí, no texto da propaganda a ironia é absoluta. As palavras "guerra" e "explosão" ampliam sua rede de sentidos e o texto explora ao máximo sua condição polissêmica: "Sempre que estão em guerra, os americanos adoram tomar o Kuait". O duplo sentido que assume a expressão "tomar o Kuait" – uma clara referência à postura dos americanos nos recentes conflitos em que se envolveram – sustenta a força do humor rascante da paródia. Ao final, a riqueza da expressividade lingüística: "se sua sede está de matar, tome o Kuait. É tiro e queda".

Esse recurso estilístico serve como instrumento para a expressividade da linguagem. Vejamos mais um exemplo:



FAUSTO. *Charge on line*, 06/08/04.

O humor da charge parte de dois pressupostos recentes da realidade carioca: a péssima situação em que se encontram os times do Rio no campeonato brasileiro de futebol e o estado de violência em que a Cidade Maravilhosa está mergulhada. Os signos icônicos dos escudos dos quatro maiores times cariocas e as figuras do Redentor e do Corcovado ao fundo localizam a cidade referida.

A partir daí, a linguagem verbal da charge, através do procedimento da paronomásia, estabelece o jogo lingüístico "bolas" / "balas" perdidas. O que se vê, na primeira isotopia – bolas –, leva o receptor ao ideário do futebol, haja vista a crise instaurada no esporte do Rio de Janeiro. A segunda isotopia, pela aproximação fônica das palavras e pelo signo não-verbal das bolas riscando o céu, trazendo o pânico ao personagem, leva o receptor à imagem de balas, projéteis, símbolo da violência urbana.

É importante acrescentar que o item lexical "perdida" contribui para a formação sígnica da idéia de "bala", por associação à "bala perdida". Tem-se, então, a imagem polissêmica da charge como macrotexto, guardando em si as isotopias propostas pelo procedimento da paronomásia contida em *bolas / balas*.

Na charge seguinte, pode ser visto um outro exemplo: a imagem polissêmica, que revela a expectativa do povo americano diante das eleições presidenciais no seu país, está refletida exatamente no jogo semântico das formas "Kerry" / "quer".

TACHO. *Jornal NH* (RS), 06/08/04.

A charge mostra a figura do Tio Sam, ícone que representa os EUA, desfolhando uma flor. A paronomásia se estabelece pela aproximação fônica entre os itens lexicais "Kerry" / "quer". Este último, fragmento da cultura popular do "bem-me-quer"; o primeiro, uma referência ao candidato oposicionista à Casa Branca, nas eleições de 2004, John Kerry. O jogo semântico criado pela paronomásia constitui expressivo recurso poético, que explora, sem dúvida, o potencial polissêmico da língua.

1.2 Polissemia e homonímia: uma visão sincrônica

No caderno especial das eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro, O Globo publicou a seguinte manchete:

Um Rio de problemas em debates nas eleições

O Globo, 02/07/04.

As matérias contidas no caderno especial tratavam da biografia dos candidatos à prefeitura e suas propostas para a resolução dos inúmeros problemas da cidade, daí a motivação para o título. *Um Rio de problemas*, através da palavra "rio", remete-nos à

própria cidade ao mesmo tempo que aponta para a hiperbólica visão da quantidade de problemas que a cidade enfrenta.

Construção análoga é empregada na charge que ironiza as diferentes posturas sobre os rumos da sociedade globalizada, tomadas nos dois fóruns de discussão a partir da forma verbal "invadir":

JEAN. *Charge On Line*, julho/2002.

As palavras "Rio" e "invadir", nas construções lingüísticas apresentadas, exemplificam um problema essencial nos estudos de semântica: a distinção entre *polissemia* e *homonímia*. Na bibliografia a respeito do assunto, os teóricos encontram dificuldade na adoção de um critério seguro de diferenciação entre os dois conceitos. Verifiquemos o tratamento dado por Dubois ao assunto:

> Quando dois termos são graficamente (às vezes fonicamente) semelhantes com diferença de significado, fala-se de homonímia. Quando dois termos estão suficientemente próximos para que se hesite em aplicar-lhes um tratamento homonímico, falar-se-á de polissemia. (Dubois et al, 1997: 370).

Os lexicógrafos costumam respeitar a distinção entre *polissemia* e *homonímia*, contudo tem sido difícil traçar fronteiras entre os dois processos. Retomando os exemplos apresentados, até que ponto a palavra "invadir" representa uma entrada lexical com múltiplos sentidos (polissemia) e "Rio" representa, de fato, duas ou mais entradas lexicais, com seus respectivos sentidos (homonímia)?

No plano sincrônico, os dois conceitos podem ser confundidos com facilidade. São vários critérios considerados na tentativa de uma definição para o problema. O primeiro deles é o *critério etimológico*, pelo qual ocorrências desse processo seriam analisadas tomando-se por base o estudo da origem da palavra, a sua raiz. Dessa forma, palavras constituídas do mesmo étimo seriam polissêmicas, enquanto as constituídas de étimos diferentes seriam homônimas. Marques (2001: 65) cita o exemplo da palavra "são", que apresenta uma etimologia diferente para cada sentido que detém: *sunt*, *sanctu-* e *sanu-*, respectivamente, "3ª pessoa do plural do indicativo do verbo ser", "san(to)" e "sadio". Tal distinção define o item "são" como um exemplo de homonímia na medida em que, segundo a autora, "*na sua origem os diversos sentidos se prendem a segmentos fônicos diferentes, que evoluem para formas sonoras idênticas, mantendo-se distintos os sentidos originais*." (Id. Ib.).

Esse critério apresenta problemas. O primeiro encontra-se na própria conduta diacrônica inerente à avaliação da definição dos conceitos. O falante contemporâneo não tem subsídios teóricos suficientes para tal investigação e realmente pouco importaria a ele uma análise histórica do item lexical para produzir-lhe sentido. Outro traço problemático está na dispersão de sentido que uma palavra pode sofrer através do tempo. John Lyons (1987: 143) cita como exemplo as duas ocorrências da palavra "pupila", com sentidos de "aluna" e "parte do globo ocular", que, sob um olhar diacrônico, já estiveram relacionadas, mas sincronicamente nenhum falante perceberia tal relação. Essa relação remonta à origem latina da palavra: segundo Deonísio da Silva (2002: 382), "pupilo" vem de *pupillu*, diminutivo de *pupu*, que significa um órfão sob tutela. Já "pupila" vem de *pupa*, que significa "menina", passando depois a designar discípulos ou alunos. Segundo o lexicógrafo, a "pupila" designa também a "menina-dos-olhos".

Outro exemplo pode ser verificado na palavra *cabo*. Com sentido de "posto militar" e "acidente geográfico" tem origem no latim *caput* (cabeça), entretanto, com sentido de "peça para segurar um instrumento", vem de *capulus*, derivado de *capere* (segurar, em latim). Dessa forma, tomando o critério etimológico como referência, teríamos uma incoerência do ponto de vista sincrônico: *cabo* (posto militar) e *cabo* (acidente geográfico) seriam polissêmicos, por terem a mesma origem, e *cabo* (peça para segurar um instrumento), diante dessas duas ocorrências, seria homônima.

Maria Helena Marques (Id. Ib.), baseada nas observações de Ullmann (1987), não compartilha dessa visão. Aceita a autora a idéia de que "*um mesmo termo pode ter*

sentidos polissêmicos e homonímicos" e lança mão da palavra "nó", como exemplo. Do sentido básico desse termo – *entrelaçamento de uma ou mais cordas, linhas ou fios* –, desenvolvem-se outros sentidos para a palavra: *união*, *articulação das falanges dos dedos*, *parte mais saliente e dura da madeira, dificuldade*. Todos esses sentidos polissêmicos da palavra "nó" se encontrariam, segundo a autora, "*em oposição homonímica ao significado* <u>*unidade de velocidade, igual a uma milha marítima por hora*</u>". Dessa maneira, continua a autora, "*a existência de traço comum de significado entre sentidos diversos de uma mesma palavra caracterizaria a polissemia*."

Apesar da relevante observação da autora, parece-nos inapropriada a adoção de um critério diacrônico para a definição de um fato atual da língua, portanto não satisfazendo a uma abordagem da lingüística sincrônica.

A existência de um traço comum de significado constitui um outro critério para a distinção entre *polissemia* e *homonímia*: o *critério das relações de significados*. As relações existentes apontariam para a *polissemia* e a não-relação para a *homonímia*.

A tira a seguir, de Miguel Paiva, pode exemplificar tal critério:

PAIVA, Miguel. *Jornal do Brasil*, 23/09/96.

O jogo lingüístico se estabelece a partir das formas verbais "dormir" e "acordar". Quando o personagem masculino declara sua intenção de dormir com a mulher, intui-se o sentido de uma relação sexual, não o fato de adormecer. Ela responde, num plano isotópico primário, com uma palavra antitética a dormir, que seria "acordar". A bem da verdade, ela responde ao que está implícito na declaração. Assim, "acordar" ganha o sentido de "estar junto", "casar", "manter uma relação mais estável", que sugere o acordar junto no dia seguinte, ao contrário da efemeridade de uma relação sexual sem compromisso.

O caráter polissêmico dos itens verbais *dormir* e *acordar*, na tira, concretiza-se na medida em que entre os semas das palavras está a noção sexual, portanto a relação de sentido está presente na descrição semântica dos itens lexicais, constituindo, assim, segundo o critério apresentado, uma polissemia.

Outro exemplo pode ser visto nesta charge:

DÁLCIO. *Revista B*..., 05/09/00.

A charge ironiza a polêmica sobre o então técnico da seleção brasileira de futebol, Wanderley Luxemburgo, envolvido com denúncias sobre omissão de declarações de bens e propinas. A palavra "banco", altamente significativa no contexto da charge por representar, ironicamente, as "áreas" de atuação do técnico, apresenta duas entradas lexicais: "banco" (local para se sentar) e "banco" (instituição financeira).

Por não apresentarem relações de significado, as duas entradas lexicais para o nome "banco" representariam uma homonímia. Novamente, o critério, do ponto de vista sincrônico, instaura uma incoerência. Da origem de sentido do item "banco" como instituição que recebe e faz empréstimos de dinheiro, temos, por analogia, por relação de significado, as expressões "banco de sangue" e, ainda, "banco de dados"; essas polissêmicas, segundo o critério apresentado.

Esse critério supõe uma intuição do falante ao reconhecer semelhanças de sentido em algumas palavras, o que de fato não ocorre comumente. Segundo Rehfeldt (1980: 80), "*não há nada que impeça vocábulos polissêmicos de abarcarem significados totalmente diferentes e não relacionados entre si, porque a denominação lingüística não se faz de modo idêntico para todas as palavras da língua*".

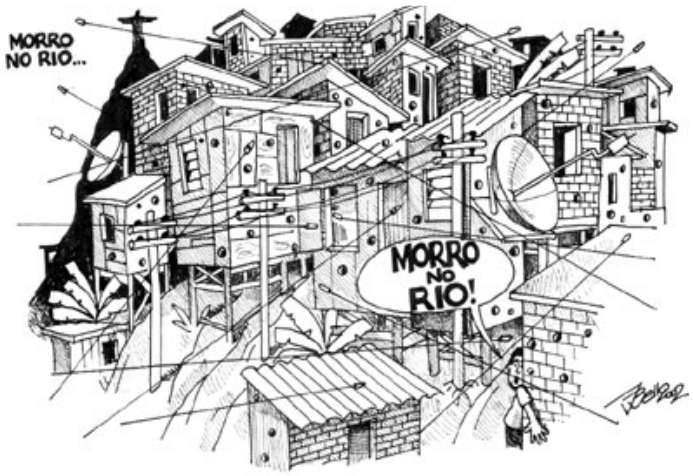
Vejamos esta outra charge de Dálcio, tendo também como mote W. Luxemburgo. O chargista ironiza, agora, a sua conhecida vaidade e seu gosto refinado.

DÁLCIO. *Revista B*..., 11/07/00.

Vale destacar dois aspectos nessa charge. O primeiro é a presença da palavra "mudanças": o repórter utiliza esse vocábulo deixando implícito o contexto a que se refere – mudanças táticas, mudanças de jogadores; Luxemburgo reconhece nos traços sêmicos da palavra "mudança" a idéia de troca, porém a emprega em outro contexto – o de seu vestuário, o que usaria na partida seguinte.

Outro aspecto envolve o jogo lingüístico com o valor semântico da palavra "meia", tomada, aqui, como determinada posição do time, e como objeto da vestimenta. No futebol, o "meia" é aquele que faz a ligação entre a defesa e o ataque, atua na "intermediária". Como vestimenta, "meia", além de representar a peça com que se cobre o pé, também pode significar o ponto de malha com que se faz esse tipo de vestimenta ou outras roupas. O que se expõe, aqui, é a idéia de que os semas integrantes do item lexical "meia" como "vestimenta" não se relacionam com os semas de "meia" como "determinada posição no futebol", contudo, não se pode desprezar a idéia de que o ponto de malha, significado da palavra "meia", poderia, sim, estabelecer uma relação com a idéia de ligação, de união. Definir essa fronteira torna-se, assim, uma tarefa muito sutil e trabalhosa.

Outro critério que se apresenta é o *critério morfológico*. Palavras com classes gramaticais iguais denotariam uma polissemia e, com classes diferentes, denotariam uma homonímia, como pode ser exemplificado nesta charge:



BELLO, José. *Tribuna de Minas*, 01/06/02.

A charge reflete a crescente violência no Rio de Janeiro a partir do item lexical "morro", tomado ao mesmo tempo como "monte pouco elevado" e "1ª pessoa do verbo morrer". O *critério morfológico* parece-nos falho, aqui, pela insuficiência teórica, pois não esclarece os problemas semânticos envolvidos. Por exemplo, a palavra "morro", atualmente, no Rio de Janeiro, pode significar "favela", portanto temos os dois itens lexicais substantivos com sentidos diferentes, o que caracterizaria uma polissemia. Assim, o item lexical "morro", como substantivo, denotaria uma polissemia, contudo, em confronto com a forma verbal "morro" denotaria uma homonímia.

Maria Helena Marques (Id. Ib.) afirma que "*a coexistência de um mesmo nome com sentidos diferentes configuraria uma homonímia em decorrência de polissemia*" e dá, como exemplo, a palavra "conto", tomada como "1ª pessoa do singular do verbo contar" e com sentido de "história", gênero literário, que teria na sua origem um sentido comum que se diversifica.

A falta de sustentação desse critério quanto aos problemas semânticos envolvidos é a mesma que envolve outro critério: o *critério sintático*. Sob essa ótica, o substantivo "morro", do exemplo anterior, com seus vários significados, seria uma forma polissêmica já que sua distribuição no contexto frasal apareceria sempre com função nuclear nominal, enquanto a forma verbal "morro" em confronto ao substantivo "morro" seria forma homonímica por desempenhar uma função sintática diferente. Esse

critério, assim como o morfológico, tenta dar conta da distinção formal entre *polissemia* e *homonímia*, mas contribui pouco para o esclarecimento dos traços semânticos envolvidos nesses contextos lingüísticos analisados. Exemplificando a falta de consistência desses critérios, investiguemos esta charge:

LUTE. *Hoje em dia* (MG), 26/12/03.

A palavra "presente", no contexto da charge, quando pronunciado pelo primeiro menino, tem valor substantivo (nuclear) de "premiação", "agrado". Em confronto com a fala do segundo menino, ela abarca outra isotopia, a de tempo verbal, com o mesmo valor morfossintático. Contudo, o mesmo item lexical (presente) poderia funcionar como adjetivo em "estar presente", e nem por isso passa a ser considerado um item homônimo pelos lexicógrafos, por não apresentar duas entradas lexicais.

Um último critério a ser investigado é o *critério dos campos semânticos*. Segundo Rehfeldt (1980: 82), "*se vários significados do vocábulo polissêmico figurarem dentro de um só campo semântico, é polissemia; se fizerem parte de campos diferentes, trata-se, então, de homonímia*". A autora dá-nos como exemplo o verbo "partir", nas frases:

(6) A menina *partiu* a maçã.

(7) Ela *partiu* ao amanhecer.

Concordando com Rehfeldt (Id. Ib.), "*não podemos aceitar este critério. Pelos exemplos acima, vemos que os significados de partir não pertencem ao mesmo campo semântico, mas nem por isso é o verbo partir considerado um caso de homonímia*".

Por conta da imprecisão dos critérios em estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de *polissemia* e *homonímia*, é preferível abarcar a idéia de que tais conceitos se relacionam, de fato – já que os fenômenos apresentam uma mesma forma com vários sentidos, dependendo do contexto em que estão inseridos –, contudo, reitero a visão de que a *homonímia* se realiza no plano diacrônico, enquanto a *polissemia* no plano sincrônico. Assim, como afirma Valente (2001: 139), "*sincronicamente, a homonímia é uma polissemia, numa palavra com duas significações*". Dessa forma, o conceito de *homonímia* fica restrito a investigações de cunho diacrônico, e a *polissemia* será investigada sob uma perspectiva sincrônica.

1.3 Sinonímia

De modo geral, duas palavras ou expressões são consideradas sinônimas se compartilham o mesmo sentido em quaisquer contextos em que estejam inseridas, ou seja, apresentam uma identidade total sob determinadas condições. Tais condições, segundo Lyons (1995), apresentam-se desta forma: 1) todos os sentidos das expressões envolvidas teriam que ser idênticos; 2) as expressões teriam que ser sinônimas em todos os contextos, e 3) teriam que ser semanticamente equivalentes em todas as dimensões do sentido, descritivo[3] ou não (*apud* S. Vereza, 2000: 3).

Os termos que admitem tais condições são considerados *sinônimos perfeitos*, processo que Lyons (1987) denomina como *sinonímia absoluta*. Diz o autor ser possível a ocorrência de sinonímia absoluta apenas em raríssimos casos: em vocabulários altamente especializados, por exemplo. Entretanto, como tais termos podem coexistir entre especialistas desse vocabulário apenas por um período curto de tempo, há uma tendência para a seleção de somente um termo, o que torna essa ocorrência um procedimento raro. Como se vê, a difícil reunião de todas aquelas condições confere à

[3] John Lyons (1987) analisa o significado como sendo *descritivo*, *expressivo,* ou *social*. O primeiro se caracteriza pelas declarações que pretendem descrever uma situação qualquer. O segundo, tido como não-descritivo, caracteriza-se como a emissão de opinião ou sentimento acerca de determinada situação. O último, na verdade, interdependente do significado expressivo, relaciona-se ao uso da língua para o estabelecimento dos papéis e das relações sociais, transformando-se em instrumento da interação social.

sinonímia tida como absoluta o status de um fenômeno, de fato, praticamente irrealizável.

Concorre, ainda, para a negação da sinonímia absoluta, uma expectativa intrínseca ao usuário da língua, assim descrita por Bloomfield (1933), em "Language": "*cada forma lingüística tem um significado constante e específico. Se as formas são fonemicamente diferentes, supomos que seus significados são também diferentes... Supomos, em resumo, que não há sinônimos reais*" (*apud* Ulmmann, 1987: 291).

A conceituação de sinonímia, contudo, abrange pontos de vista divergentes. Francisco da Silva Borba (2003: 237), por exemplo, rejeita a necessidade imperiosa das condições listadas por Lyons em todos os contextos; "*bastam certos contextos (idênticos ou não), mesmo porque, por uma questão de economia, a língua tenderia a eliminar os itens perfeitamente idênticos em todas as situações de uso*."

Diante da possibilidade bastante limitada da sinonímia absoluta, Lyons contrapõe a esse tipo de sinonímia a chamada *sinonímia completa*, que se caracteriza por uma equivalência parcial, sendo encontrada em alguns contextos, não necessariamente em todos. Esses "quase-sinônimos" têm sentidos similares, mas não idênticos. Os verbos "matar" e "assassinar" são comumente vistos como sinônimos, mas não admitem uma substituição integral, na medida em que o primeiro apresenta traços semânticos que legitimam seu uso em contextos onde estão envolvidos seres humanos ou não, enquanto o último apresenta apenas um traço [+humano]. Pode-se matar um homem ou um inseto, metaforicamente, até um sonho, mas "assassinar" só caberia no primeiro caso. Pode-se perceber que essa visão se aproxima daquela proposta por Borba.

Essas similaridades podem ser definidas por algumas relações estabelecidas entre os itens lexicais, como na hiperonímia, em que um termo é a mais geral que outro (gostar / amar); na graduação de intensidade (ansiar / querer); na maior literariedade ou não (fenecer / morrer); no aspecto mais técnico (óbito / morte) ou não; na emissão de um juízo de valor (vagabundo / desempregado), na variação dialetal (macaxeira / aipim), entre outras.

Vejamos um exemplo retirado de Sandmann (2003: 63):

Vendem-se casas impopulares para construir casas populares

Veja, 18/04/90.

Segundo Sandmann (Id.Ib.), "*texto técnico preferiria com certeza (casas) 'não-populares', que nesse contexto seria o antônimo de (casas) 'populares', isto é, 'simples, baratas' e não 'famosas, conhecidas', mas em texto de propaganda o conotativo 'impopulares' vai muito bem*".

Pode-se perceber que os termos tidos como sinônimos "impopular" e "não-popular", na verdade, por seu uso no anúncio, ganham contornos similares, mas não idênticos. Ainda que essas palavras apontem para a idéia de que a população não será atendida, "não-popular", termo mais técnico, está associada a um poder de compra por parte da população, enquanto "impopular", no emprego conotativo do anúncio, tem valor de algo que não vai ter sucesso frente ao público consumidor.

A charge a seguir também serve de exemplo:

MARIANO. *A charge on line*, 21/05/05.

O vocábulo "locupletar", definido como "enriquecer", "tornar-se rico", tem um sentido similar a esses termos, mas não idêntico, na medida em que apresenta um tom mais cerimonioso e, para uma compreensão integral, não pode ser analisado fora de um contexto. Na charge, por exemplo, esse tom formal em que se apresenta confere ao texto uma ironia, como se aquele ato cometido por ele – o político – não fosse um ato de enriquecer ilicitamente, dada a pompa com que se apresenta o item lexical.

Da mesma maneira, na seqüência pronunciada pela população ("corrupto, ladrão, f.d.p., safado") as palavras são podem ser consideradas idênticas; se tomadas isoladamente, não têm o mesmo significado de modo algum. Porém, inseridas no contexto político que a charge apresenta, desempenham uma função comunicativa bastante similar.

Essas considerações sobre a sinonímia entre palavras ou expressões, também chamada de *sinonímia lexical*, mostram que não se pode pensar em tal conceito sem analisar o contexto em que estão inseridos os termos avaliados como sinônimos. É o contexto que vai determinar a relação de sentido, de modo a estabelecer uma relação sinonímica entre os itens lexicais na frase. Isoladas, as palavras estão excluídas de seu aspecto pragmático e situacional, condições fundamentais para construção de sentido.

É exatamente sob essa idéia que se funda a *sinonímia textual*, também chamada de *sinonímia estrutural*. Aqui, como na lexical, a sinonímia textual abarca pontos de vista bastante divergentes. Borba (2003: 238) apresenta os seguintes exemplos:

(8) Carlos deixou de jogar, embora goste de esportes.

(9) Carlos não joga mais, apesar de seu gosto por esportes.

Segundo o autor, dada a equivalência de sentido, pode-se afirmar que se trata de enunciados sinônimos, ou, em outros termos, trata-se de uma *paráfrase*. Definida como um "*modo diverso de expressar frase ou texto, sem que se altere o significado da primeira versão*" (Aurélio Século XXI, versão eletrônica), a paráfrase poderia, segundo Borba, representar uma sinonímia textual na medida em que estabelece uma relação entre termos com a mesma "denotação" no sistema de signos, ou seja, a alteração sintática e lexical na construção da frase não alteraria o sentido do texto.

Outro aspecto da sinonímia textual pode ser verificado, segundo Vereza (2000), no que diz respeito ao conceito de "referência". A autora propõe o seguinte exemplo:

(10) O *carro* desapareceu na avenida. O *veículo* não foi mais visto desde então.

Numa perspectiva puramente semântica, os termos "carro" e "veículo" manteriam uma relação de hiponímia / hiperonímia. Contudo, no contexto frasal, através da *anáfora*, assumem uma identidade de referência, o que implicaria uma função de sinonímia. Dessa forma, afirma Vereza (2000: 7): "*diferentes formas de coesão lexical em um texto assumem caráter de sinonímia por envolverem o que essa tem de essencial: a identidade de referência*". O que os itens lexicais teriam em comum são seria o significado, mas a referência, ambos denotariam o objeto em questão. A manchete a seguir representa um exemplo:

Israel pune soldado que rejeita retirada

Recruta passará 56 dias preso

Jornal do Brasil, 29/06/05.

Na manchete, que trata do fato de um soldado do exército israelense ter se recusado a participar de uma operação para destruir prédios vazios ocupados por radicais israelenses na Faixa de Gaza, as palavras "soldado" e "recruta" apresentam sentidos similares, mas não idênticos – dadas as suas condições de uso – , no entanto, apontam para a mesma identidade de referência (o homem), podendo, segundo a visão de Vereza, ser consideradas sinônimos textuais.

A autora avança nessa conceituação e admite a ocorrência de sinonímia textual até mesmo em paráfrases metafóricas como no exemplo a seguir, proposto por ela:

(11) O *carro* desapareceu na avenida. A *lata enferrujada* nunca mais foi vista.

Segundo Vereza, através da identidade de referência, o sintagma "lata enferrujada" pode ser considerado, sob o ponto de vista funcional, sinônimo de "carro".

Ilari e Geraldi (1985) negam a relação entre sinonímia e paráfrase. Para esses autores, não basta para a composição da sinonímia a ocorrência da mesma referência. Para comprovar, lançam como exemplo esta construção: "mesmo que as moças mais bonitas de um bairro fossem as filhas do gerente do Banco do Brasil", as duas expressões "as moças mais bonitas do bairro" e "filhas do gerente do banco do Brasil" não seriam sinônimas. Segundo Ilari e Geraldi (1985: 43) "*para que duas expressões sejam sinônimas, não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos (pessoas, animais, coisas)*".

Corroboram essa visão Charaudeau e Maingueneau (2004: 366): "*a paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro*". Apesar de admitirem a ocorrência da paráfrase através da co-referência, e até da anáfora, citando Catherine Fuchs, os autores negam a relação entre sinonímia e paráfrase: "*a paráfrase não poderia provir da sinonímia, na medida em que ela convida à deformabilidade do sentido do discurso* (Id.Ib.)".

Concordando com Ilari e Geraldi (1985: 49), acredito que "*a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente*." Dessa forma, estruturas contíguas como a relação entre ativa e passiva ou um jogo entre modalizações, como em "é necessário que..." / "eu devo..." sustentam a formação da paráfrase e não necessariamente da sinonímia.

Contudo, não penso ser excludente tal formação. Se tomarmos a sinonímia de termos como a "*propriedade desses termos de poderem ser substituídos um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar*" (Câmara Jr., 2002: 222), não vejo por que não concordar com a visão de Vereza para sinonímia textual: se em determinada situação lingüística, a opção textual de uma estrutura por outra não implica um prejuízo de sentido, como afirma Câmara Jr., acredito que possa ocorrer, nesses casos, um processo sinonímico a partir da paráfrase empregada.

Um jogo textual, a partir da relação entre paráfrase e sinonímia, pode ser visto nesta charge:

SANTIAGO. *Jornal do Comércio* (RS), 08/07/05.

Pode-se perceber que Santiago, ao aproximar as construções "um traidor valia 30 dinheiros" e "compra-se um deputado por 30.000", estabelece uma relação de paráfrase. A sinonímia textual se sustenta sob uma mesma referência: a traição. Pode-se inferir, a partir disso, que a traição nos tempos de Cristo e nos dias atuais se equivalem, salvo a "inflação" do período – pura ironia do chargista.

O processo de sinonímia textual pode se dar, também, de forma, icônica, como nesta charge a seguir:

IQUE. *JB*, 14/05/04.

O jornalista Larry Rohter, repórter do *New York Times*, causou polêmica quando noticiou no jornal norte-americano que o presidente Lula tinha problemas com bebida. Tal fato resultou na negação do visto para permanência do jornalista no Brasil e sua conseqüente extradição, gerando revolta em diversos setores da mídia, que considerou autoritária a atitude do governo. A charge de Ique para o Jornal do Brasil representa essa opinião ao aproximar a figura de Lula à do líder nazista Adolf Hitler. Pela visão icônica da charge, num processo sinonímico, compara-se a atitude de Lula à postura de Hitler sob o cunho da arbitrariedade.

A charge a seguir, também ironicamente, estabelece um jogo lingüístico a partir de uma relação sinonímica, contudo envolvendo itens lexicais:

CLAURO. *O Imparcial* (SP), 20/07/05.

A charge apresenta a fala de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, acusado de corrupção. Nela, o ex-tesoureiro nega a relação de sentido da palavra "crime"; para ele, a expressão "caixa dois", por ser uma prática comum aos partidos, não seria um crime. Parte-se de uma lógica interessante: nesse contexto – o da política –, não haveria uma relação de sinonímia entre os termos "caixa dois" e "crime", justificada, ainda, pelo fato ser uma prática comum. Isso autoriza, ironicamente, a fala do bandido no segundo quadro: por ser uma prática comum a sua "classe social" – a da bandidagem –, assaltar um banco também não seria crime. Parafraseia-se a fala de Delúbio em outro contexto e tem-se a crítica da charge.

Reafirmo, aqui, a visão de Vereza. Isoladas, as expressões "caixa dois" e "crime" assumiriam relações de hiponímia / hiperonímia, entretanto, nos contextos apresentados, tanto o da política, como o da bandidagem, tais expressões assumem funções sinonímicas, porque, de fato, ainda que os personagens da charge afirmem o contrário, a substituição de uma expressão por outra não lhes altera a relação de sentido.

Por fim, é fundamental aceitar a idéia de que a possibilidade de escolher entre duas ou mais alternativas confere ao processo da sinonímia um raro instrumento de comunicabilidade e até mesmo de estilo, na medida em que o autor poderá eleger aquela palavra que melhor se adapte ao contexto, dando a ênfase necessária ao que se quer dizer.

Seja em uma estrutura literária, onde métrica e rima concorrem para a harmonia do texto, seja no discurso cotidiano, o traço situacional e pragmático deverá estar em uso. A escolha da palavra "solteirona", por exemplo, para uma mulher que não casou, em detrimento da expressão "não casada", certamente traduz uma expressividade que a relação de sentido no contexto lingüístico não deve desprezar.

A escolha dos itens léxicos nas duas manchetes a seguir ilustram esse procedimento estilístico:

Negros e pardos são mais atingidos por desemprego e recebem menos

Folha de São Paulo, 05/06/04.

A cor desigual do trabalho

IBGE mostra que desemprego é maior entre negros e pardos. Brancos ganham o dobro

O Globo, 05/06/04.

As duas manchetes tratam do mesmo assunto – a desigualdade salarial entre pessoas de etnias diferentes. Contudo, parece-me que, pela escolha lexical, na manchete do jornal paulista a mensagem é mais direta, mais clara; na manchete de O Globo, a mensagem ganha um tom mais poético, pela construção sintática da estrutura lingüística e pela seleção dos itens lexicais. Aceito, aqui, o complexo enunciativo das manchetes como uma unidade comunicativa. Por isso, a similaridade dos dois enunciados constitui um processo de sinonímia, ainda que se verifiquem as diferenças estilísticas das duas manchetes. Nesse sentido, fica clara a atuação do processo sinonímico como fator de expressividade semântica no contexto lingüístico.

1.4 Antonímia

Numa definição muito ampla, o processo de antonímia se caracteriza por uma relação de inversão de sentido entre dois termos, como em "grande" / "pequeno" ou em "feio" / "bonito".

Lopes (2003: 256) resume a abordagem sobre a antonímia, tratando a relação de oposição entre itens lexicais como pares antônimos: "*são antonímicos dois termos, a e b, se as frases que obtemos, comutando-os, possuírem, sob algum ponto de vista, sentidos opostos*."

Ilari e Geraldi (1985) não compartilham dessa definição. Para eles, as definições tradicionais que tratam de sentidos "contrários" ou "opostos" implicam, antes, uma dúvida e não esgotam essencialmente a questão da antonímia. É preciso, portanto, investigar o que se entende por oposição de sentido ou sentidos contrários.

Esses autores apontam o exemplo do par "nascer" / "morrer", que não representam, realmente, ações contrárias, mas dois momentos do processo de viver: o começo e o término da vida. Da mesma maneira, aludem ainda os autores ao par "chegar" / "partir"; os versos de Fernando Brant para melodia de Milton Nascimento em

“Encontros e despedidas” ilustram a oposição que capta momentos diferentes de um mesmo processo: “chegar e partir são só dois lados da mesma viagem / o trem que chega é o mesmo trem da partida”.

Em “abrir” / “fechar”, o procedimento é diferente. Não são momentos de um mesmo processo, mas ações distintas pela direção e pelos resultados que acarretam. É caso de “subir” / descer”, por exemplo.

Há, ainda, segundo Ilari e Geraldi, o caso de “dar” / “receber”, que podem ser analisados como a descrição de uma mesma cena, sob pontos de vista diferentes quanto ao papel dos sujeitos gramaticais: o sujeito de “dar” é a fonte, o sujeito de “receber” é o destinatário, papéis considerados incompatíveis na cena proposta.

Essa incompatibilidade, segundo os autores, é fundamentada pela antonímia. É o processo antonímico que serve de instrumento para a aparente contradição da aproximação de afirmativas numa frase. Toma-se como exemplo uma frase comum do cotidiano urbano:

(12) O casal demorou tanto para ter outro filho, vai acabar tendo dois filhos únicos.

A frase, se tomada de forma literal, representa uma contradição, pelas duas afirmações empregadas na sua construção; se são “dois filhos”, o adjetivo “único” parece contraditório. A antonímia, aqui, sustenta a contradição aparente da frase. Contudo, essa contradição se desfaz numa leitura conotativa da mensagem. Segundo Ilari e Geraldi (1985: 56), “*não há combinação de informações contraditórias que não resista a um esforço motivado de interpretação*”. De fato, quando se diz a frase (12), pode-se pensar em dois filhos entre os quais o intervalo de tempo entre um e outro é tamanho, que foram criados – cada um – como se fossem filhos únicos.

Dessa forma, para esses autores a antonímia apresenta enorme dificuldade de ser sistematizada, devendo ser tomada apenas como uma marca fundamental da contradição discursiva, procedimento muito comum na construção da linguagem. Segundo Metzeltin (1990: 55 - 56), “*a antonímia é um dos meios mais usados para estruturar a semântica dos comunicados*”.

Esse mesmo autor, entretanto, contraria a posição de Ilari e Geraldi e propõe uma sistematização para casos de relação de oposição entre pares lexicais, aos quais chama “pares antonímicos” e, aos seus termos, “antônimos”. Com base na observação

desses pares de palavras que se identificam com alguma marca antonímica, Metzeltin (1990: 54-55) estabeleceu cinco casos de oposição, resumidos a seguir:

1) **Quantitativa relativa** é um caso de oposição em que "*à presença de certa quantidade fenomenal além de uma quantidade considerada normal opõe-se a falta dessa quantidade*", como ocorre com os pares "quente" / "frio"; "bonito" / "feio", e "depressa" / "devagar".

Trata-se, na verdade, segundo o autor, de um fenômeno em que se considera uma quantidade de traços como normalidade para determinar um dado conceito e que a ausência desses traços determinaria o conceito oposto. Se a presença de determinados traços agradáveis formam a idéia do conceito de "bonito", a ausência desses traços caracterizariam o de "feio", ou ainda, segundo uma velocidade [X] tomada como normal, teríamos a velocidade "depressa" como [+ X] e "devagar" como [– X].

O autor aponta que, nesses casos, "*a negativização de um dos termos não equivale à afirmação do outro*", logo "não frio" não equivale a "quente".

2) **Quantitativa absoluta** é um caso de oposição em que "*à presença de um fenômeno se opõe a sua falta*", a exemplo do que ocorre, entre outros pares, em "nublado" (com a presença de nuvens), e "limpo" (sem a presença delas).

3) **Probabilística** é um caso de oposição em que "*à afirmação de um termo opõe-se a negação de outro*", como se verifica em falar / calar (= não falar). Nesses casos a negação de um dos termos pode, mas não deve necessariamente, equivaler ao outro termo, pois "não calar" pode se relacionar tanto a "falar" como a "cantar".

4) **De movimentos** são os casos de oposições do tipo ir / vir, comprar / vender, que implicam "*movimentos parecidos, mas realizados com intenções opostas*".

5) **De agente e paciente** são os casos de oposição em que "*para o agente de uma ação pode considerar-se como atividade dele para outro, pelo paciente pode considerar-se como atividade de outro para ele*", como se observa em "vencer"/ "perder" (= ser vencido).

Lyons (1977), baseado em estudos de E. Sapir, traz importante contribuição para a análise da relação dicotômica entre termos, entendida como antonímia: segundo o autor, deve-se pensar numa distinção entre o que ele chama de *opostos graduáveis* e *não graduáveis*. Essa graduação deve ser verificada quando se comparam dois termos que possuem determinado atributo, tendo esses atributos o mesmo grau ou não. Assim, o lingüista lança como exemplo o atributo "quente". Pode-se dizer "*X é tão quente quanto*

Y" ou ainda que "*X é mais quente que Y*", mas não se pode dizer que "*X é mais fêmea que Y*". Dessa forma, Lyons (1977: 220) resume a sua proposta:

> Cada um destes lexemas tem como contrapartida, no vocabulário, o que geralmente se descreve como oposto: 'frio' e 'macho', respectivamente. Ora, o fato de 'quente' e 'frio' serem lexemas graduáveis, enquanto 'fêmea' e 'macho' o não são, está ligado a uma importante diferença lógica entre os dois pares.

Essa diferença lógica está intimamente ligada a uma distinção entre pares opostos: as noções de *contrariedade* e *contraditoriedade*. Lopes (2003: 255) julga fundamental essa discussão na análise de oposição de termos:

> O que quer dizer *possuir sentidos opostos*? Significa *oposto por contrariedade* ou *oposto por contraditoriedade*. Julgamos que a relação lógica de *contrariedade* é aquela que se estabelece entre dois termos, A e B, quando A possui característica semântica (sema) /*s*/ que está ausente do outro termo, B, sendo essa ausência notada /*-s*/.
> Já a relação lógica de *contraditoriedade* é a que se estabelece entre dois termos, A e B, quando A possui a característica /*s*/ e B possui a característica /*não s*/ (a *contraditoriedade* afirma e nega, ao mesmo tempo, uma mesma característica; a *contrariedade*, no entanto, afirma a presença/ausência de uma mesma característica).

Segundo Lyons, os opostos graduáveis representam a oposição por contrariedade e os opostos não graduáveis, a oposição por contraditoriedade. Assim, segundo seus próprios exemplos, "quente" e "frio" são contrários; "macho" e "fêmea" são contraditórios. A partir dessas relações de oposição, o autor estabelece uma distinção entre pares dicotômicos: são considerados antonímicos somente os opostos graduáveis, ou seja, somente termos contrários, como "quente" / "frio", ou "alto" / "baixo"; os opostos não graduáveis, ou seja, contraditórios, como "macho" e "fêmea", são denominados *complementares*.

Propondo, ainda, uma terceira visão, Lyons aponta a distinção entre termos antônimos, termos complementares e o que ele chama de *conversos*. Dá-se como exemplo o par "marido" / "mulher", em que se estabelece uma equivalência de papéis

desempenhados na relação de oposição: "X ser marido de Y" implica "Y ser mulher de X".

Retomando a visão de Lyons para as relações de oposição estabelecidas entre itens lexicais, Francisco da Silva Borba (2003: 240-241) aprofunda tais definições e considera, então, três níveis: a *complementaridade*, a *antonímia* e a *reciprocidade*.

A complementaridade é definida pelo autor como uma relação de oposição "*pela qual a negação de um termo implica a afirmação do outro e vice-versa*", e dá como exemplo os pares "solteiro" / "casado"; "homem" / "mulher"; "macho" / "fêmea". Assim, dá-se a construção:

(13) Se não é homem, é mulher.

Afirma o autor que seriam antônimos somente os casos específicos em que a afirmação de um termo nega o outro e não o contrário. Casos como "pobre"/ "rico"; "baixo"/ "alto", em que a afirmação de um termo implica a negação do outro, entretanto a negação de um não implica a afirmação do outro – e se aproxima da oposição *quantitativa relativa* proposta por Metzeltin –, seriam chamados pares antônimos. De fato, "ser pobre" implica "não ser rico", contudo, "não ser pobre" não implica "ser rico".

Borba considera, ainda, a relação *conversa*, à qual ele atribui o nome de *reciprocidade*, em que "*a afirmação de um termo implica a afirmação do outro e a negação de um, a negação do outro*", como nos pares "pai"/ "filho"; "comprar/ "vender". Assim, se Marcelo é pai de Daniel, Daniel é filho de Marcelo.

Dessa forma, segundo Borba, a complementaridade, a antonímia e a reciprocidade são três tipos diferentes de oposição lexical[4], ainda que guardem pontos em comum.

A charge a seguir exemplifica uma relação de oposição complementar:

[4] Lyons (1977) reconhece, ainda, outro tipo de oposição lexical, a que aludem também Ilari e Geraldi (1985): a *oposição direcional*, em pares como "chegar" / "partir"; "ir" / "vir"; "subir" / "descer". Ao contrário desses autores, o lingüista britânico considera esses pares dicotômicos como opostos e, por isso, merecedores de uma caracterização especial como um tipo diverso da antonímia, da complementaridade e da reciprocidade. Por nem sempre ser possível estabelecer a diferença entre este tipo e os três primeiros, opinião compartilhada pelo próprio autor, não será considerado, neste trabalho, este quarto tipo de oposição lexical.

AMARILDO. *A Gazeta* (ES), 24/07/05.

A charge se apropria de um personagem de Chico Anysio – o Pantaleão –, que contava histórias mentirosas e depois lançava seu bordão: "É mentira, Terta?". A mulher, fiel "escudeira", confirmava: "verdade". Aqui, Lula, travestido de Pantaleão e sua esposa, Marisa, de Terta, indiciam a ironia do chargista sobre o suposto desconhecimento do presidente acerca das manobras de corrupção de que participantes do seu governo têm sido acusados. O par "mentira"/ "verdade" pode ser considerado, num sentido literal, como complementares, na medida em que a negação de um termo afirma o outro e vice-versa: "se não é verdade, é mentira".

Considere-se este anúncio de uma campanha promovida pelo banco Itaú:

Se no inverno é difícil acordar, imagine dormir.

Com a chegada do inverno, muitas pessoas perdem o sono. São milhões de necessitados que lutam contra a fome e o frio. Para vencer esta batalha, eles precisam de você. Deposite qualquer quantia no Banco Itaú. Você ajuda milhares de pessoas a terem uma boa noite e dorme com a consciência tranqüila.

Banco Itaú, Agência 1000, Conta 60000 – 5

A campanha parte da oposição "acordar" / "dormir". Tal oposição está sendo realizada de maneira poética, já que se confrontam o pensamento corriqueiro da dificuldade de acordar no inverno com a idéia de dormir. Entretanto, no slogan, o ato de

dormir é na rua, daí a campanha para doação de dinheiro para o melhor acolhimento daquelas pessoas que vivem, acordam e dormem pelas vias da cidade.

É claro que a respeito dessa oposição, há inúmeras visões controversas, como as dos autores Ilari e Geraldi (1985), que afirmariam estar diante do fim e do começo de um mesmo processo, que seria o sono, ou ainda a opinião de Rosa Marina Meyer (1997), que não concorda com uma visão dual para esse tipo de oposição, propondo uma diversidade múltipla de sentidos existente entre tais signos – por exemplo, "cochilar", que, de fato, não é tratado como "dormir", tampouco como "acordar".

Contudo, seguindo a visão proposta por Borba, teríamos, aqui, um exemplo de complementaridade: "se não está acordado, está dormindo". Se analisarmos sob a ótica de Lyons, teríamos opostos não-graduáveis, portanto termos complementares.

O slogan de uma loja de acessórios fotográficos, retirado de Sandmann (2003: 78), pode ilustrar o que Borba chama de antônimos:

Fotóptica é soft no atendimento e não é hard no pagamento

Folha de São Paulo, 1/5/91.

Os itens "soft" e "hard" se opõem no enunciado da propaganda. Pode-se pensar que se o atendimento é "soft", não é "hard". No entanto, não se pode pensar que um atendimento "não leve" seja, de fato, um atendimento "pesado"; a negação de um atributo não implica a afirmação do outro necessariamente. É interessante notar, ainda, a construção "e não é hard no pagamento". Não se pode afirmar, por essa construção, que o pagamento será "leve", já que "não ser pesado" não implica, com efeito, "ser leve". Portanto, como a negação de um termo não implica a afirmação do outro, esses termos não seriam complementares, como propõe Borba, mas antônimos.

Em outro exemplo, também retirado de Sandmann (2003: 77), o autor apresenta um texto encontrado na caminhonete de um vendedor ambulante:

Por apenas 50 cruzeirinho, dois pacotão de mimosa

O confronto entre os morfemas indicadores de diminutivo e aumentativo apontam para uma oposição antonímica. O elemento que designa o diminutivo,

obviamente, nega o elemento que designa o aumentativo; o contrário, no entanto, não é verdadeiro: a negação do diminutivo não implica o aumentativo.

Já a relação de reciprocidade pode ser verificada na ironia desta charge, que emprega quase um sarcasmo ao expor a "opinião" do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a respeito da política de "mensalão", supostamente implementada pela base governista para a compra de votos:

WILLY. *Tribuna da Imprensa* (RJ), 10/06/05.

A oposição "compra"/ "vende" implica uma relação de reciprocidade: o que foi comprado foi vendido. Com efeito, a afirmação de que algo é comprado implica a afirmação da venda; a negação da idéia da compra implica, da mesma forma, a negação da venda. São, portanto, segundo a visão de Borba, termos recíprocos.

No contexto da charge, na triste realidade política brasileira, a compra de votos implicaria a "venda" da dignidade do Partido dos Trabalhadores.

Tais visões sobre as relações de oposição de sentido são, de fato, conflitantes, e, assim como não há sinônimos perfeitos, também se nega a ocorrência de antônimos perfeitos, ou, como propõem alguns autores, há uma ocorrência rara desses fenômenos.

Assim, da mesma forma que o contexto é fundamental para estabelecer as relações de sinonímia, igualmente o é para estabelecer as relações de antonímia no âmbito discursivo. O anúncio a seguir, da Casa do Hemofílico do Rio de Janeiro, traz a dimensão do processo antonímico ao nível do discurso:

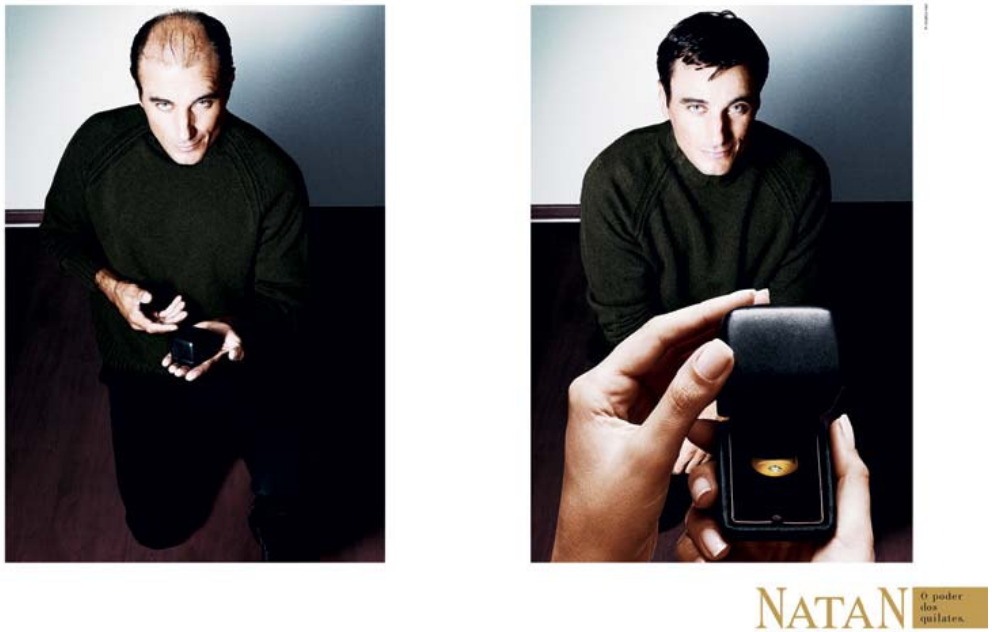
In www.ccsp.com.br

O anúncio baseia-se num jogo de oposições. A principal delas se dá pela oposição "vê" / "não vê" (sangue). A denotação empregada na primeira construção, "ver sangue", opõe-se à conotação da outra; "não ver sangue" representa, aqui, não ter sangue disponível para uma transfusão.

A partir daí interagem as oposições secundárias, o interlocutor a quem se dirige a mensagem ("você") se opõe às milhares de pessoas que precisam "ver" sangue. O traço individual se opõe ao traço coletivo. A gradação entre os verbos "desmaiar" e "morrer" também forma uma relação de oposição, ratificando o traço de banalidade da primeira atitude se confrontada com a outra.

Por fim, as cores do anúncio podem, também, representar uma oposição: o vermelho do sangue em confronto com o preto. Nesse caso, o não-vermelho tem o sentido de morte. Assim, apropriando-se do caráter polissêmico do signo, seja ele verbal ou não-verbal, o jogo discursivo do anúncio, representado pelos itens lexicais envolvidos, estabelece uma relação de oposição entre as duas atitudes presentes no contexto.

O processo de oposição pode se dar, como já visto, em um sistema de signos não-verbais. O anúncio a seguir, da joalheria Natan, serve de exemplo: o homem, careca, oferece uma jóia à mulher. Ao ver a jóia, o homem aparece aos olhos dela, agora, com cabelos e "pinta" de galã.



In www.ccsp.com.br

A campanha, que tem como conceito "o poder dos brilhantes", trabalha com um jogo discursivo baseado na oposição de sentidos na maneira como a pessoa que dá o presente é vista por quem recebe. O "poder" da jóia faz com que a pessoa veja com outros olhos o doador do presente. Uma aproximação com o ditado popular "quem ama o feio bonito lhe parece". Jocosamente, o amor aqui é materializado pela jóia da Natan.

O processo de construção de sentido, dessa forma, baseia-se em um contexto. Assim como há uma sinonímia textual, há também uma antonímia textual, ancorada no discurso. São os elementos presentes no anúncio – a jóia e a mudança estética do homem, por exemplo – que ajudam a representar a cena composta por uma contradição que opera ao nível do discurso, dependente direta do contexto em que se insere.

Como outro exemplo, apresenta-se esta charge, que trata do incidente ocorrido na Rússia, quando uma escola na cidade de Beslan, na Ossétia do Norte (sudeste da Rússia) foi tomada por terroristas, cuja insanidade fez 150 vítimas e levou a hospitais 646 feridos, a maioria crianças. Como personagens apresentam-se o presidente da Rússia,Vladimir Putin, eximindo-se da culpa pelo tratamento "truculento" dado à situação, e o presidente dos EUA, George W. Bush:

AROEIRA. *O Dia*, 09/09/04.

A oposição de sentido entre os pares léxicos antonímicos "responsável" / "irresponsável" vai além da acepção de negação de responsabilidade sobre o acontecimento. Tomados literalmente, esses termos poderiam compreender uma relação de contraste que, segundo Lyons, semanticistas estruturalistas chamam de *oposição privativa*, na qual um dos lexemas denota uma positividade e, o outro, a ausência dessa propriedade – "animado" / "inanimado", por exemplo. A relação em que os dois lexemas denotam uma positividade – "macho" / "fêmea" – é chamada de *oposição eqüipolente*.

Na verdade, o termo "irresponsável" ganha o sentido de "inconseqüente", que, ao ser visto na fala de Bush, após sua atuação na recente Guerra do Iraque, ganha em expressividade semântica: o item lexical não representa uma "não responsabilidade", mas, de fato, uma responsabilidade negativa, autorizada, de certa forma, pela presença de Bush.

Assim, sob um olhar discursivo, fruto da junção do texto ao seu contexto, incluídos, aqui, os personagens envolvidos na cena discursiva e sua natureza, além da noção da época em que se dá a construção da charge, os termos "irresponsável" / "responsável" denotariam ambos uma posição negativa. Essa expressividade de sentido só pode ser inteiramente apreendida em função do conhecimento do contexto em que tais construções estão inseridas.

1.5 Campo semântico

Rehfeldt (1980: 71-72), citando os estudos de Eugene Nida, estabelece quatro tipos principais de relações entre lexemas. O primeiro tipo é a *inclusão*, que trata da propriedade de um lexema englobar outros lexemas, conhecida como *hiperonímia*. Essa relação é fundamental na medida em que é ela uma das responsáveis pela possibilidade de se agrupar lexemas em campos semânticos.

A segunda relação, *superposição* ou "*overlapping*", é o que se conhece como sinonímia. Segundo a autora, mesmo que os lexemas não possuam identidade total de semas, essa relação permite a substituição de um lexema por outro em determinados contextos.

A terceira relação, tratada como *complementação* ou *contraste*, prevê a oposição entre lexemas que possuem certos traços comuns. Corresponde parcialmente à *antonímia*.

E a última relação é a que se define por *contigüidade*. Segundo Rehfeldt (id.ib.), "*para a análise dos traços distintivos (semantemas) do significado ela é útil, pois representa as relações entre lexemas de um campo semântico*".

Dessa maneira, apropriando-me em parte dessa distinção, estruturei os fenômenos semânticos que interagem na produção de sentido, como a polissemia, a homonímia, a sinonímia, a antonímia e a noção de campo semântico – que a autora trata como uma relação de contigüidade –, a qual passo a analisar a seguir.

Deve-se estabelecer, antes, uma distinção entre *campo semântico* e *campo lexical*: segundo Mattoso Câmara Jr. (2002), campos semânticos são constituídos por palavras que apresentam traços semânticos comuns; os campos lexicais se constituem por um grupo de palavras cognatas, que têm uma raiz comum. Assim, pode-se dizer que os campos semânticos representam famílias ideológicas, enquanto os campos lexicais representam famílias etimológicas.

Sobre campo lexical, há divergências. Genouvrier e Peytard (1985: 318-319) o definem como "*o conjunto de palavras que a língua agrupa ou inventa para designar os diferentes aspectos (ou diferentes traços semânticos) de uma técnica, de um objeto, de uma noção*". Pode-se perceber que essa definição se aproxima da conceituação de *jargão*.

Para campo semântico, entretanto, a visão dos lingüistas corrobora a de Mattoso: "*É o conjunto dos empregos de uma palavra (ou sintagma, ou lexia) onde e pelos quais a palavra adquire uma carga semântica específica*".

A partir dessa definição, tem-se a importância dos campos semânticos na medida em que a expressividade da palavra ganha carga semântica. A manchete a seguir serve de exemplo:

Luz, câmera e verba

BNDES elege reforma e construção de cinemas como prioridade e abre nova linha

O Globo, 05/11/04.

Os itens lexicais "luz" e "câmera", numa seqüência discursiva que autoriza a entrada da palavra "ação", fazem parte do campo semântico relativo a cinema. Quando o autor do texto substitui a previsível palavra "ação" por "verba", este último item léxico ganha uma carga semântica específica, como afirmam Genouvrier e Peytard. O dinheiro, aqui, mais do que um aporte financeiro, é o instrumento que fará revitalizar a indústria cinematográfica no Brasil, através da reforma e da construção de novas salas de projeção. Dessa forma, a relação subentendida entre "ação" e "verba" de modo algum é ingênua.

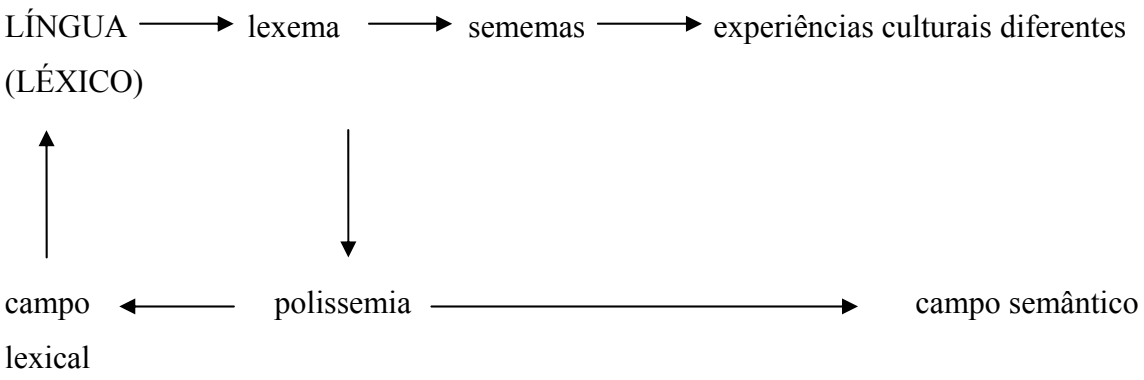
Segundo Rehfeldt (1980: 97), "*os campos semânticos oferecem condições de se efetuar análise sêmica, detectar os traços comuns e os traços distintivos dos lexemas de um mesmo campo semântico, o que faz com que se precise o significado das palavras*". Esse é o traço principal que interessa a este trabalho. Está claro que a *teoria dos campos*, desde a sua formulação por Trier[5], abarca restrições de naturezas várias, contudo, não se pretende, aqui, a formulação de uma teoria semântica, mas uma investigação dos processos semânticos que interagem na construção do sentido, portanto é válida a adoção da idéia de Rehfeldt: se o campo semântico é composto por sememas, cada um deles representa uma possibilidade de atualização do lexema. Cada lexema, de fato, pode englobar vários sememas. Segundo a autora, é a partir daí que se pode

[5] H. Geckeler (1994) aponta a idealização de uma pioneira teoria dos campos anterior a Trier, criada por G. Ipsen e reconhece, ainda, que a teoria de Trier se baseia na visão de três outros autores – opinião compartilhada pelo próprio autor alemão: Humboldt, Saussure e Leo Weisgerber.

estabelecer a relação entre polissemia e campo semântico, agentes fundamentais na construção de sentido no texto.

Dessa forma, a estruturação do léxico em campos, com efeito, não abrange uma validade universal – crítica fundamental de alguns lingüistas a essa teoria. A impossibilidade de englobar todas as palavras do léxico em campos e a indefinição dos limites entre um campo e outro são os argumentos decisivos de tais lingüistas para a não consolidação da teoria dos campos. Entretanto, como já posto, a conceituação dos campos semânticos permite compreender as possibilidades lingüísticas e de seu emprego pelo usuário da língua, aferindo-lhe o comportamento tanto lingüístico quanto social diante da realidade em que tal usuário se insere.

Rehfeldt (1980: 95) apresenta o seguinte esquema para ilustrar essa relação:



Dessa forma, segundo o esquema proposto por Rehfeldt, "*cada significado semêmico de um lexema representa determinada experiência cultural*". Entende-se, assim, que a compreensão de itens lexicais polissêmicos pode revelar o grau de experiência cultural do usuário da língua. De fato, o reconhecimento dos traços semânticos, feitos a partir da teoria dos campos, oferece as condições para a apreensão do sentido de um lexema no contexto frasal.

A manchete a seguir, do Segundo Caderno, de O Globo, ilustra o que se quer dizer:

Carinhosas coincidências

Dez anos depois da morte de Tom Jobim, é achada sua única gravação com Pixinguinha

O Globo, 05/12/04.

O termo “carinhosas” só ganha dimensão polissêmica na medida em que se estabelece uma correlação com o compositor citado na manchete, Pixinguinha, um dos autores do clássico da música brasileira, “Carinhoso”. A interação do interlocutor, o leitor da matéria, será fundamental para o estabelecimento da visão polissêmica; caso contrário, o adjetivo terá somente uma leitura. Assim, é o reconhecimento dos traços semânticos que abrangem a palavra “carinhoso”, inserida no campo de sentido que prevê outras palavras indicadoras do universo musical como “Tom Jobim”, “Pixinguinha” ou “gravação”, que autoriza a leitura polissêmica do item léxico em questão.

Além disso, tal reconhecimento pode revelar, como afirma Rehfeldt, o lastro cultural do leitor da matéria. A amplitude léxica, como já dito, ganha expressividade a partir do traço pragmático do conhecimento lingüístico.

A charge a seguir ganha efeito de sentido a partir da compreensão do campo semântico da palavra “apostar”:

TACHO. *Correio do Povo* (RS), 7/05/4.

Em meio ao contexto político da CPI dos Bingos, o item lexical “apostar” ganha um valor semântico específico. Amplia-se o sentido prosaico de uma conversa entre duas senhoras tecendo comentários sobre o governo. A palavra “apostar”, inserida no campo semântico dos jogos de azar, legitima outra isotopia, assumindo um valor polissêmico e conferindo ao texto uma ironia sutil: a frase “pode apostar” atesta a fragilidade da CPI em apurar os responsáveis pela prática ilegal desse empreendimento

no país; em outro plano de leitura, entende-se que se pode continuar apostando, já que os bingos, com a estrutura da política brasileira, continuarão abertos.

Considere-se esta outra manchete:

Pão francês

Casino dividirá com Abílio Diniz controle da rede varejista, mas pode virar majoritário

O Globo, 05/05/05.

É fundamental a captação da base sígnica para perceber o deslocamento de sentido que é estabelecido. Casino é uma rede francesa que adquiriu uma participação acionária no grupo Pão de Açúcar, do empresário Abílio Diniz. A rede de supermercados Pão de Açúcar, agora, é francesa, daí a dimensão semântica de "pão francês", em uma correlação óbvia ao nosso francesinho dos cafés das manhãs. A compreensão do item lexical "pão francês" no universo semântico de um supermercado é importante para o entendimento da manchete – fosse a compra relativa a uma empresa de sapatos, por exemplo, a construção criativa da mensagem não faria o menor sentido. É exatamente por pertencer a esse universo que "pão francês" pode ampliar sua base de sentido e ganhar um traço semântico específico.

Partindo do princípio de que o processo de significação está intimamente ligado à maneira como se organiza o léxico, Francisco Borba (2003) avalia tal processo através de *análises conceituais*, que, segundo o autor, visam à classificação dos sentidos de signos considerando-se um sistema de conceitos.

Para o autor, podem-se colocar os campos semânticos entre uma das análises conceituais possíveis, além da *análise sêmica* de B. Pottier e a *análise componencial*, desenvolvida, sobretudo, no campo da antropologia, por autores americanos. Não cabe aqui um aprofundamento das análises conceituais, por isso restrinjo-me à análise dos campos semânticos, que Borba (2003: 245-246) conceitua de forma categórica:

> A teoria dos campos semânticos parte do princípio segundo o qual a palavra não tem valor quando isolada. É necessário, então descobrir o conjunto em cujo interior as formas se integram por meios de relações. Isso quer dizer que se deve conceber o vocabulário de uma língua como composto de *esferas conceituais* estreitamente ligadas. Cada uma das palavras se organiza de tal

> forma que cada um de seus elementos contribui para delimitar seus vizinhos sendo, ao mesmo tempo, delimitado por eles. Um campo semântico é, portanto, um método de estruturação do vocabulário em que se percebe a interdependência das unidades lexicais. Assim o sentido não é propriedade da palavra tomada individualmente. Seu emprego é regido pela presença, na língua, de outras palavras cujas funções semânticas se referem, de uma ou de várias maneiras, à mesma área de ambiência situacional ou cultural.

Essa ambiência cultural a que Borba se refere pode ser exemplificada neste anúncio:

In www.ccsp.com.br

A campanha da Escola São Domingos aponta para a idéia do primeiro voto e tem como público-alvo, claro, o adolescente. A presença da palavra "deveres" no anúncio, que a princípio se relaciona com "direitos", numa dicotomia social básica no ideário da cidadania – todo cidadão tem deveres e direitos –, aponta para outra leitura, uma vez que apresenta traços semânticos que se referem a outra ambiência cultural: o universo estudantil. Dessa forma, "deveres" assume o valor semântico de "trabalhos escolares", de cuja obrigação os estudantes costumam reclamar. É a presença dessa palavra que autoriza a interpretação pretendida pelo anúncio voltado para esses mesmos estudantes. A relação se concretiza por fazerem parte do mesmo campo semântico – o universo de jovens estudantes.

A ambiência situacional pode ser analisada nesta outra charge, que apresenta o Ministro da Fazenda do governo Lula, Antônio Palocci, e a figura personificada do FMI – Fundo Monetário Internacional. A cena discursiva, simbolizada pelos signos não-verbais, como a garrafa de champanhe, as mãos dadas, e os signos verbais, representados pela fala de Palocci, não deixam dúvidas: trata-se de um jantar de despedida entre pessoas que tiveram uma relação amorosa:

SON SALVADOR. *O Estado de Minas*, 29/03/05.

Na verdade, o que ocorreu foi o fato de o Brasil não recorrer mais ao contestado fundo, daí a "separação". A humorada metáfora é construída a partir do emprego de expressões que apontam para o universo das relações amorosas: "dar um tempo", "pagando a pensão". Pode-se perceber a interdependência dessas expressões dentro de tal campo semântico, que, auxiliadas pelas informações não-verbais, remetem-nos ao ideário de uma ambiência amorosa; aqui, metaforicamente, ao fim de uma "relação".

O humor da charge seguinte está intimamente ligado à concepção de campos semânticos:

TACHO. *Jornal NH* (RS), 08/06/04.

A charge trata da campanha decepcionante do Grêmio no campeonato brasileiro de 2004, tendo inclusive sido rebaixado para a segunda divisão. Essa leitura é legitimada pelos itens lexicais que compõem o campo semântico do futebol, como "gol", "defesa", "ataque", e até "Adilson", técnico do time durante o campeonato. No

entanto, o humor reside na escolha de outros itens lexicais do universo da informática, como “acesso ilimitado” e “conexão muito lenta”, o que autoriza a esdrúxula solução de se pensar em um técnico de informática para treinar o time e tentar salvá-lo do vexame. Aqui, a visão de *esferas conceituais* a que se refere Borba é nítida. As unidades lexicais se avizinham de tal forma que deixam claros os limites dos campos semânticos envolvidos no contexto da charge: o do futebol e o da informática.

O anúncio a seguir faz parte da campanha da Umbro, conhecida fabricante de material esportivo:

In www.ccsp.com.br.

O slogan da campanha diz: “Para nós é um zagueiro marcando o centroavante sob pressão. A gente só pensa em futebol”. O anúncio parte de um conceito: enxergar aspectos do futebol em todas ações, as mais cotidianas possíveis. Desse modo, capta os traços semânticos que integram as ações típicas do esporte e os transfere para a realidade comum. Assim, a inocente ação do filho que segura a mãe pela roupa se transforma em um zagueiro marcando o centroavante sob pressão. No anúncio, não há um signo verbal que pertença ao campo semântico do futebol, mas a ação – signo não-verbal – é o elemento que, sob um olhar metafórico, passa a pertencer a tal universo.

Por fim, se “*o sentido não é propriedade da palavra tomada individualmente*”, deve-se pensar sempre no uso da língua em uma situação de comunicação, dentro de um contexto. Com efeito, reconhece, ainda, Francisco Borba, que os campos semânticos, normalmente, são delimitados por critérios extralingüísticos, ratificando a idéia de que a construção do sentido deve ser analisada sob o olhar discursivo, que envolve o texto e o seu contexto, de certa forma, integrando elementos lingüísticos e extralingüísticos.